



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**O sistema bancário de Cabo Verde: O
desempenho dos bancos comerciais e os
determinantes da rentabilidade**

Vânia Viviane Cardoso Mendes
Orientador: Prof. Dr. Carlos Vieira

Mestrado em Economia Monetária e Financeira

Dissertação

Évora, Janeiro de 2015



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**O sistema bancário de Cabo Verde:
O desempenho dos bancos
comerciais e os determinantes da
rentabilidade**

Vânia Viviane Cardoso Mendes

Orientador: Prof. Dr. Carlos Vieira

Mestrado em Economia Monetária e Financeira

Dissertação

Évora, Janeiro de 2015

*“Os que confiam no
Senhor serão como o
monte de Sião, que não se abala,
mas permanece para sempre.”
(Salmos 125:1)*

*Dedico este trabalho a minha amada mãe,
Anastácia Cardoso, por todo o incentivo e
apoio incondicional para que isso fosse possível.
Pela paciência e cooperação em todos os aspectos
da minha vida.*

Agradecimentos

Para a realização de trabalho deste gênero é imprescindível uma forte motivação e sacrifício. É com muita satisfação e consideração que exponho o meu sentimento de agradecimento a todos.

Agradeço em primeiro lugar a Deus que iluminou sempre o meu caminho durante esta caminhada.

À minha família, em especial a minha amada mãe, Anastácia Cardoso, que sempre me apoiou e apostou na minha formação acadêmica que sem o qual não alcançaria este objetivo. Aos meus irmãos, Veríssimo Cardoso, Jacqueline Cardoso e Taline Cardoso pelo incentivo, confiança e amizade. Às minhas sobrinhas Ellen e Mirellen pelo carinho.

Ao, Josemar dos Santos, por toda a paciência e apoio demonstrado para comigo durante este tempo que nem sempre foi fácil.

Um especial obrigado ao Prof. Dr. Carlos Vieira, por ter aceitado o desafio de orientar uma dissertação sobre um país desconhecido, pela paciência, dedicação e disponibilidade durante a realização deste trabalho.

Agradeço também a todos os professores que me acompanharam durante esta trajetória, uma vez que grande parte do que sei advém deles.

Obrigada a todos os que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização deste trabalho, quer no fornecimento de informações como no apoio emocional.

À todos, muito obrigado!

Resumo

Esta dissertação tem por objetivo analisar os determinantes da rentabilidade bancária de Cabo Verde, medida pelo retorno sobre os ativos (ROA), retorno dos capitais próprios (ROE) e a margem financeira líquida (NIM). Para esta análise foi utilizada uma amostra com os quatro maiores bancos cabo-verdianos e um conjunto de onze variáveis independentes no período de 2005 a 2013. A estimação foi feita com os dados de painel estático, com base no método dos efeitos aleatórios.

De todas as variáveis do modelo, as mais significativas para explicar a rentabilidade bancária em Cabo Verde são as variáveis específicas dos bancos. O modelo que utiliza a margem financeira líquida como variável dependente parece ser o mais adequado para descortinar os determinantes da rentabilidade bancária, pois é aquele que obtém melhores resultados em termos da significância estatística das suas variáveis explicativas.

Palavras-chave: Bancos, sistema bancário cabo-verdiano, rentabilidade bancária, ROA, ROE, NIM

Classificação JEL: G21, C23

The banking system in Cape Verde: The performance of commercial banks and the determinants of profitability

Abstract

This thesis aims to analyze the determinants of bank profitability in Cape Verde, as measured by return on assets (ROA), return on equity (ROE) and net interest margin (NIM). For this analysis a sample of the four largest banks Cape Verdeans and a set of eleven independent variables from 2005 to 2013. The estimation was done with the static panel data, based on the method of random effects was used.

Of all the variables in the model, the most significant in explaining bank profitability in Cape Verde are the specific variables of banks. The model uses net interest margin as the dependent variable seems to be the most appropriate to unveil the determinants of bank profitability, as it is the one that gets the best results in terms of statistical significance of their explanatory variables.

Keywords: Banks, Cape Verdean banking system, bank profitability, ROA, ROE, NIM

JEL Classification: G21, C23

Índice

Epígrafe	ii
Dedicatória	iii
Agradecimentos	iv
Resumo	v
Abstract.....	vi
Siglas e Acrónimos.....	ix
Lista de Figuras	x
Lista de Gráficos	x
Lista de Quadros	x
Lista de Tabelas	x
Capítulo I- Introdução	1
1.1-Apresentação e justificação do tema	2
1.2-Objetivos	2
1.3-Importância do estudo	2
1.4-Metodologia do estudo	3
1.5-Plano de trabalho	4
Capítulo II- O sistema bancário de Cabo Verde	5
2.1-Breve Historial de Cabo Verde	5
2.2-Origem e evolução do sistema bancário de Cabo Verde	7
2.3-Os principais indicadores do sistema bancário Cabo-verdiano	8
2.4-A atividade bancária em Cabo Verde	9
2.4.1-A regulação e a supervisão do sistema bancário Cabo-verdiano	10
2.4.2-Os riscos mais frequentes da atividade bancária Cabo-verdiana	11
2.4.2.1-Risco de crédito	12
2.4.2.2-Risco de liquidez	13
2.4.2.3-Risco de mercado	13
2.4.2.4-Risco operacional	14
2.5-A estrutura do sistema bancário de Cabo Verde	15
2.6-A estrutura dos acionistas dos bancos comerciais em Cabo Verde	15
2.7-A concentração bancária em Cabo Verde	20
2.7.1-Concentração bancária e Rentabilidade	22
2.7.2-Tipos de Concentração	22
2.8-Dispersão geográfica do sistema bancário em Cabo Verde	23
2.8.1-Distribuição geográfica da banca	23
2.8.2-Distribuição geográfica dos terminais da rede vinti4- 2012	24
2.8.3-Grau de bancarização e contas de depósitos à ordem	24
2.8.4-Relação habitantes e agências	25
2.9- A atual crise financeira e Cabo Verde	26
Capítulo III- O desempenho dos bancos comerciais e os determinantes da rentabilidade:	
Revisão da literatura	29
3.1-Relevância da rentabilidade dos bancos	29
3.2-As variáveis da rentabilidade e os seus determinantes	30
3.2.1-Variáveis específicas dos bancos (fatores internos)	31
3.2.2-Variáveis macroeconómicas (fatores externos)	33
3.2.3-Variáveis referentes à organização industrial do setor bancário	34
3.3-Variáveis da rentabilidade (principais indicadores)	35
3.3.1-Rentabilidade sobre os ativos- Return on assets (ROA)	37
3.3.2-Rentabilidade dos capitais próprios- Return on equity (ROE)	37

3.4- Dados e técnicas de estimação econométrica	38
3.4.1- Dados	38
3.4.2- Técnicas de estimação econométrica	39
Capítulo IV - Os determinantes da rentabilidade dos bancos comerciais em Cabo Verde	40
4.1-Definição das variáveis	40
4.1.1- Variáveis macroeconómicas	40
4.1.2- Variáveis específicas da indústria bancária	41
4.1.3- Variáveis específicas dos bancos	41
4.2-Especificação do modelo	42
4.3-Formulação das hipóteses	43
4.4-Resultados	44
4.5-Análise comparativa entre Cabo Verde e Tunísia	47
Capítulo V- Conclusões, Limitações do trabalho e pista para futuras investigações	49
5.1- Principais Conclusões	49
5.2- Limitações do trabalho	49
5.3-Pista para futuras investigações	49
Referencias Bibliográficas	51
Anexo	57

Siglas e Acrónimos

Bancos

BAICV- Banco Angolano de Investimento de Cabo Verde
BCA- Banco Comercial do Atlântico
BCN- Banco cabo-verdiano de negócios
BCV- Banco de Cabo Verde
BESCV- Banco Espírito Santo Cabo Verde
BI- Banco Interatlântico
CECV- Caixa Económica de Cabo Verde
ECOBANK- Ecobank Cabo Verde
NB- Novo Banco

Variáveis

CE- Crescimento económico
CTI- Cost-to-income
Dim- Dimensão
DSB- Dimensão do sistema bancário
IHH- Índice de Hirschman- Herfindahl
INF- Inflação
NIM- Net Interest Margin - Margem financeira líquida
PROP- Propriedade
QC- Qualidade do crédito
RC- Risco de crédito
RCAPITAL- Rácio do capital
RL- Risco de liquidez
ROA- Retorno sobre ativos
ROE- Retorno dos capitais próprios

Outros

AGMVM- Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários
ATM- Automated Teller Machine, terminologia anglo-saxónica de CA – Caixa Automático
CVE- Escudo cabo-verdiano
ES- Eficiência- Estrutura
POS- Point of Sale, terminologia anglo-saxónica de Terminal de Pagamento Automático
PTE- Escudo português
SCP- Estrutura-Condução-Performance

Lista de Figuras:

Figura 1- Mapa do Arquipélago de Cabo Verde

Lista de Gráficos:

Gráfico 1- Distribuição geográfica da banca no ano 2012
Gráfico 2- Evolução das contas de depósitos á ordem e do grau de bancarização
Gráfico 3- Evolução da cobertura média da população por agências 2008- 2012
Gráfico 4- Taxa de crescimento real do PIB, expresso em percentagem
Gráfico 5- Taxa de inflação, expresso em percentagem
Gráfico 6- Indicadores de Sustentabilidade da Dívida do Governo Central

Lista de Quadros:

Quadro 1- Índice de concentração da Banca 2007- 2012
Quadro 2- Distribuição geográfica dos terminais da rede vinti4- 2012
Quadro 3A- Índice de Hershman e Herfindahl (IHH)
Quadro 4B- Principais Indicadores Orçamentais
Quadro 5C- Importações Cabo-Verdianas de Bens por Grupos e Produtos
Quadro 6D- Importações Cabo-Verdianas de Bens por Zona Económica e Países de Destino
Quadro 7E- Exportações Cabo-Verdianas de Bens por Grupos e Produtos
Quadro 8F- Exportações Cabo-Verdianas de Bens por Zonas Económicas e Países de Destino
Quadro 9G-Remessa de emigrantes e divisas
Quadro 10H-Balança Financeira
Quadro 11I- Balança Corrente e de Capital

Lista de Tabelas:

Tabela 1- Número de agências e dos funcionários no ano 2013, expresso em unidades
Tabela 2- Ativo dos bancos e créditos a clientes no ano 2013, expresso em mil contos cabo-verdianos
Tabela 3- Depósitos de clientes o ano 2013, expresso em mil contos cabo-verdianos
Tabela 4- A distribuição do Capital Social do BCA, em 31/12/2013
Tabela 5- A distribuição do Capital Social da CECV, em 31/12/2013
Tabela 6- A distribuição do Capital Social do BI, em 31/12/2013
Tabela 7- A distribuição do Capital Social do BCN, em 31/12/2013
Tabela 8- A distribuição do Capital Social do BAICV, em 31/12/2013
Tabela 9- A distribuição do Capital Social do BESCVC, em 31/12/2013
Tabela 10- A distribuição do Capital Social do ECOBANK Cabo Verde, em 31/12/2012
Tabela 11- A distribuição do Capital Social do Novo Banco, em 31/12/2013
Tabela 12- Relação entre hipóteses, variáveis independentes e o sinal esperado dos parâmetros na regressão
Tabela 13- Estatística descritiva das variáveis dependentes e independentes
Tabela 14- Matriz da correlação das variáveis independentes
Tabela 15- Resultados da regressão do modelo
Tabela 16- Evolução do número de agências dos bancos comerciais, expresso em unidades
Tabela 17- Evolução do número de funcionários dos bancos comerciais, expresso em unidades
Tabela 18- Evolução de créditos á clientes dos bancos comerciais, expresso em (mil contos) cabo-verdianos

Tabela 19- Evolução de depósitos de clientes dos bancos comerciais, expresso em (mil contos) cabo-verdianos
Tabela 20- Evolução do ativo dos bancos, expresso em (mil contos) cabo-verdianos
Tabela 21- Evolução do Resultado Líquido, expresso em (mil contos) cabo-verdianos
Tabela 22- Evolução do ROE, expresso em percentagem
Tabela 23- Evolução do ROA, expresso em percentagem
Tabela 24- Evolução da Margem Financeira, expresso em (mil contos) cabo-verdianos
Tabela 25- Evolução do Produto Bancário, expresso em (mil contos) cabo-verdianos
Tabela 26- Evolução do Capital Social, expresso em (mil contos) cabo-verdianos
Tabela 27- Evolução de Cost-to-Income, expresso em percentagem
Tabela 28- Evolução do rácio Crédito vencido/ Crédito cliente, expresso em percentagem
Tabela 29- Evolução do Capital privado, expresso em percentagem
Tabela 30- Dimensão do sistema bancário
Tabela 31- Taxa de crescimento real do PIB (%)
Tabela 32- PIB nominal, expresso em milhares de contos
Tabela 33- Taxa de Inflação (%)

Capítulo I- Introdução

Dado a importância dos bancos comerciais nas operações de financiamento indireto dos particulares e das empresas, e por conseguinte no desenvolvimento de uma economia, torna-se pertinente estudar este tema, sobretudo numa economia em desenvolvimento como a economia cabo-verdiana. Em particular, é crucial compreender os determinantes da rentabilidade dessas instituições, permitindo-nos compreender o seu comportamento, uma vez que essa rentabilidade influencia a estabilidade do sistema financeiro de uma economia.

De acordo com Paula (1999), o comportamento dos bancos tem um papel fundamental na determinação das condições de financiamento da economia. Isto porque, ao estabelecer o volume e as condições sob as quais o crédito é oferecido, os bancos determinam a criação do poder de compra necessário às empresas e às pessoas para a aquisição de ativos de capital, que por sua vez proporcionam a independência da acumulação de capital em relação à existência de poupança prévia.

O sistema financeiro é um dos pilares mais importantes de uma economia. A crise financeira e económica mundial recente, originária do sistema financeiro, é um exemplo da dimensão do impacto de um mau funcionamento desse sistema sobre a economia nacional e internacional.

Há que reconhecer que as instituições bancárias desempenham um papel importante na nossa sociedade. Como afirma Schooner (2010: p.241-258), “In addition to the banking institutions are responsible for the reduction of transaction costs and monitoring the capital market, another important function is related to its provision of liquidity to the economy. In the credit market without intermediaries, lenders or savers averse to risk in general are not willing to delegate their savings to investors for a long period of time. The banks then offer the unique service of granting long-term loans, while ensuring the liquidity of its customers (depositors) without nominal losses”.

A questão da rentabilidade bancária é um dos temas que ocupam lugares de destaque nos debates políticos e na imprensa, principalmente quando os bancos divulgam os seus resultados.

Segundo Couto (2002), o estudo sobre a rentabilidade das instituições bancárias tem como primeiro entendimento o fato de que esse é um aspeto importante para assegurar a sustentabilidade de cada banco e evitar consequências negativas para os depositantes e para o sistema financeiro como um todo.

De acordo com Minsky (1986: 225-6), “banking activity is a dynamic and innovative business in terms of profit generation. Bankers seek to actively build their fortunes by adjusting assets and liabilities, which means, in their lines of business, take advantage of the profit opportunities offered to them”.

Relativamente ao sistema bancário como um todo, segundo Dietrich e Wanzenried (2011), a rentabilidade bancária de uma economia é um indicador da eficiência do seu sistema de intermediação financeira. Uma rentabilidade elevada pode ser indício de um mercado financeiro concentrado, com possível ineficiência devido ao exercício do poder de mercado da parte de algumas instituições individuais. Uma baixa rentabilidade pode

indicar baixa atratividade do setor e uma possível carência deste tipo de serviço dentro da economia. Além disso, as instituições bancárias com maiores rentabilidades encontram-se em melhores condições para desempenharem de forma mais eficiente a sua função financiadora. Assim, um sistema bancário lucrativo pode contribuir significativamente para a estabilidade do sistema financeiro.

1.1-Apresentação e justificação do tema

O tema da presente dissertação é o sistema bancário de Cabo Verde, mais concretamente o desempenho dos bancos comerciais e os determinantes da rentabilidade.

O estudo da rentabilidade do sistema bancário é um tema importante em qualquer economia, dada a importância do sistema financeiro, e em particular do sistema bancário, na atividade económica.

1.2-Objetivos

a) Objetivo Geral

Analisar o desempenho dos bancos comerciais cabo-verdiano e os determinantes da sua rentabilidade.

b) Objetivos Específicos

- Fazer uma análise descritiva do sistema bancário de Cabo Verde
- Estimar um modelo que permita identificar os principais determinantes da rentabilidade do sistema bancário de Cabo Verde
- Fazer uma análise comparativa, dos determinantes da rentabilidade, entre Cabo Verde e a Tunísia, com base nos resultados empíricos obtidos por Ameer e Mhiri (2013)

1.3- Importância do estudo

O bom funcionamento do sistema financeiro, por ser um dos pilares mais importantes para o desenvolvimento da economia de qualquer país, é indispensável para o dinamismo e o crescimento económico. Neste sentido, a relevância do sistema financeiro não consiste somente no conjunto de serviços oferecidos pelas instituições financeiras para facilitar as transações comerciais, mas também na tomada de decisão no mercado financeiro.

O sistema financeiro, e neste sobretudo os bancos desempenham um papel crucial na economia. Os bancos oferecem serviços financeiros à sociedade, sendo de suma importância na economia de Cabo Verde, e são essenciais na manutenção de atividades comerciais, visto que facilitam nos pagamentos das transações e oferecem créditos pessoais e às empresas, ajudando dessa forma no desenvolvimento do comércio nacional.

Por outro lado, o canal principal para a transmissão das políticas monetárias são os bancos. Estas instituições asseguram o funcionamento dos sistemas de pagamentos o que permite que os mercados desenvolvam a sua atividade, os particulares e as empresas se desloquem e atuem em locais distantes. Desta forma, a inexistência de um sistema bancário bem estruturado não permitiria a circulação da moeda, sendo também difícil a criação de mercados, bem como a circulação de pessoas e bens.

A recente crise mundial proveniente do sistema financeiro é um exemplo da dimensão do impacto de um mau funcionamento deste sistema sobre a economia à escala mundial. Esta crise chama-nos a atenção para a relevância de um estudo contínuo sobre o funcionamento do sistema financeiro e das instituições bancária, permitindo, um bom acompanhamento de ambos.

Dada a importância do sistema financeiro e a gravidade das consequências de um mau funcionamento deste para a economia à escala mundial, torna-se relevante analisar o desempenho dos bancos comerciais e os determinantes da sua rentabilidade.

A relevância de estudar esse tema, deve-se à importância que os bancos comerciais têm numa economia. Estas instituições, são fundamentais na intermediação financeira, visto que recolhem a poupança de quem possui recursos excedentários e disponibiliza-os através de empréstimo para aqueles que necessitam. Sem esta operação, a capacidade de investir dos particulares e das empresas ficaria muito limitada.

Compreender os determinantes da rentabilidade destas instituições é crucial para entender o seu comportamento, que possui efeitos diretos sobre a saúde do sistema financeiro de uma economia. Torna-se importante estudar as instituições bancárias, a fim de obter um melhor entendimento delas, uma vez que a nossa sociedade depende muito do sistema bancário.

A análise da rentabilidade de qualquer empresa é importante visto que segundo Benedicto e Padoveze (2004:101), “tem como objetivo identificar os fatores que conduziram a essa rentabilidade e mensurar o retorno do capital investido”.

Uma vez que, as instituições financeiras que apresentam uma rentabilidade atrativa além de aumentar a riqueza nacional e garantir postos de trabalho, constituem uma fonte de receitas de Orçamento do Estado, contribuindo de forma indireta para o desenvolvimento económico e social do país, deve-se também por essa razão dar uma atenção especial à rentabilidade bancária.

1.4-Metodologia de estudo

Primeiramente, far-se-á um enquadramento teórico do sistema bancário cabo-verdiano incluindo vários aspetos da sua estrutura e evolução.

Para fazer a análise empírica dos determinantes da rentabilidade bancária em Cabo Verde, foram recolhidos dados dos relatórios e contas dos quatro maiores bancos cabo-verdianos. A variável da concentração bancária (IHH) foi utilizada como fonte o sítio do BCV e os indicadores macroeconómicos utilizados foram extraídos do EIU DataServices.

O modelo estimado na realização das regressões será o método dos efeitos aleatórios em dados de painel, uma vez, que os dados utilizados neste trabalho são estático e não dinâmicos.

1.5-Plano de trabalho

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos, cujo conteúdo se encontra distribuído em conformidade com a descrição que se segue.

No primeiro capítulo apresenta-se a introdução do trabalho, incluindo uma apresentação e exposição do tema.

O segundo capítulo debruça-se sobre o sistema bancário de Cabo Verde, sendo abordados diversos aspetos do mesmo – desde a sua origem à sua concentração bancária;

O terceiro capítulo dedica-se à revisão da literatura sobre os determinantes da rentabilidade do sistema bancário, sendo aqui abordados todos os aspetos teóricos considerados importantes para a posterior avaliação empírica.

No quarto capítulo aborda-se o problema de estudo, ou seja, faz-se a aplicação empírica com base nos dados recolhidos;

No quinto capítulo são apresentadas as conclusões, incluindo as limitações do trabalho e algumas pistas para investigação futura.

Capítulo II- O sistema bancário de Cabo Verde

O sistema bancário é um dos principais segmentos do sector financeiro de uma economia, estando-lhe atribuído um papel fundamental no financiamento das atividades económicas dos países.

“A fragilidade do sistema bancário de um país, seja ele desenvolvido ou subdesenvolvido, pode ameaçar a estabilidade financeira tanto de um país como em termos internacionais” Comitê de Supervisão Bancária da Basileia (2014).

Segundo o BCV (2013b, p.5) “a performance do sector bancário, medida pelo volume total de ativos líquidos, acusou uma desaceleração no ritmo do seu crescimento”.

O sistema financeiro de Cabo Verde é dominado pelo sector bancário, o sector de seguros é ainda fraco visto que existem apenas duas companhias de seguros. Relativamente ao mercado de capitais, existe a Bolsa de Valores de Cabo Verde (BVCV).

2.1-Breve historial de Cabo Verde

O arquipélago de Cabo Verde começou a ser descoberto a 1 de Maio de 1460 por Diogo Gomes, navegador português, não mostrando indícios de presença humana anterior. A primeira ilha a ser descoberta foi Santiago, seguindo-se as ilhas do Maio, Fogo, Sal e Boa Vista. As restantes ilhas, Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Brava e os ilhéus Branco e Raso foram sendo descobertas até ao ano 1462, data em que se iniciou o povoamento através de europeus livres e escravos da costa africana. A primeira ilha a ser povoada foi Santiago, em 1462, por se mostrar a mais favorável para a ocupação conforme Câmara de Comercio Industria e Turismo Portugal Cabo Verde (2014).

As ilhas são divididas em dois grupos: Barlavento - Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista e; Sotavento - Maio, Santiago, Fogo e Brava.

De acordo com Câmara de Comercio Industria e Turismo Portugal Cabo Verde (2014), durante três séculos a capital do arquipélago foi a vila de Ribeira Grande, na ilha de Santiago, hoje conhecida por Cidade Velha e importante património no contexto histórico do país. Em 1533, data da aquisição do estatuto de cidade, a criação da diocese de Santiago e a construção de uma catedral tornaram Ribeira Grande na primeira cidade católica dos Trópicos. A sua vulnerabilidade aos ataques dos piratas levou à transferência da capital para Vila da Praia (atual Cidade e capital do país), em 1769. Esta ascendeu ao estatuto de cidade em 1858. Devido a sua posição estratégica, Cabo Verde servia de elo de ligação nas rotas marítimas entre a Europa, a África e o Brasil, com particular estaque no tráfego de escravos. Com a abolição da escravatura e a progressiva deterioração das condições climáticas, o arquipélago entrou em decadência e passou a viver com base numa economia pobre, de subsistência.

Cabo Verde viveu, como colonia portuguesa, durante quinhentos anos, iniciando a luta pela sua independência na década de 1950.

Em 1956, Amílcar Cabral criou o Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC), lutando contra o colonialismo e iniciando uma marcha para a independência.

No dia 5 de Julho de 1975, Cabo Verde tornou-se um país independente após mais de uma década de luta armada na Guiné-Bissau.

Subsistindo num lento ritmo de desenvolvimento, através das ajudas externas e remessas de emigrantes e num regime de partido único PAICV (Partido Africano para a Independência de Cabo Verde), a 13 de Janeiro de 1991, realizaram-se, as primeiras eleições livres multipartidárias com a vitória do MPD (Movimento pra a Democracia) segundo Câmara de Comercio Industria e Turismo Portugal Cabo Verde (2014).

Hoje, cerca de 39 anos de independência de Cabo Verde, este é um país soberano, unitário e democrático, que garante o respeito pela dignidade das pessoas e reconhece o Direitos do Homem como fundamento de toda a comunidade humana, da paz e da justiça. A República de Cabo Verde organiza-se em estado de direito democrático assente nos princípios da soberania popular, no pluralismo de expressão e de organização política democrática e no respeito pelos direitos e liberdades fundamentais.

A língua oficial é o Português sendo a língua nacional, o Crioulo, oriundo de uma miscelânea de português e dialetos africanos, convertendo-se num símbolo da sua identidade. O povo cabo-verdiano é fruto da mestiçagem, possui características muito próprias que se revelam no seu modo de viver, hospitalidade, vontade de trabalhar e criatividade, mormente cultural, artística e musical conforme Câmara de Comercio Industria e Turismo Portugal Cabo Verde (2014).

Uma vez que esta dissertação abrange Cabo Verde, foi considerado importante dar a conhecer algumas informações do mesmo. Desta forma, encontra-se em anexo alguns dados da economia cabo-verdiana referentes as principais indicadores orçamentais, aos indicadores de sustentabilidade da dívida do governo, das importações e exportações, das remessas de emigrantes em divisas, da balança financeira e da balança corrente e de capitais.

Figura 1- Mapa do Arquipélago de Cabo Verde



Fonte: Imagem extraída da www.google.com

2.2-Origem e evolução do sistema bancário de Cabo Verde

De acordo com o BCV (2014), “O Banco Nacional Ultramarino foi durante 111 anos a principal instituição bancária em Cabo Verde, tendo marcado indelevelmente a atividade comercial local. Sendo Cabo Verde colónia de Portugal até 5 de julho de 1975, o reino de Portugal, pela carta de lei de 16 de Maio de 1864, concedeu ao Banco Nacional Ultramarino o privilégio de emissão de notas de banco sobre todo o território das colónias, em regime de exclusividade.

O Banco Nacional Ultramarino iniciou o exercício da atividade bancária com a Filial da Praia, aberta em Outubro de 1865, tendo ficado a cargo de Clarimundo Martins, conforme a Portaria de 4 de Outubro de 1865 comunicada pelo Ministério da Marinha e Ultramar ao governo da colónia. A referida Filial começou modestamente as suas operações com um capital de 30 contos, recebendo depósitos a juros variando de 3% a 5%, conforme os prazos, tomava letras, vendia saques sobre o país com prémios também variáveis em harmonia com os prazos de pagamentos. Progressivamente foi alargando as suas operações. Além da cidade da Praia, o Banco Nacional Ultramarino implantou em 1894, a Agência de S. Vicente, e em 1948 a Delegação do Sal, além de correspondências em todas as sedes dos concelhos”.

Após a independência em 5 de Julho de 1975, “foi criado a 29 de Setembro de 1975 o Banco de Cabo Verde (BCV), assumindo as funções do Banco Central e Emissor, de Autoridade Cambial, Caixa de Tesouro e de Banco Comercial” BCV (2014).

Segundo o BCV (2014), “no dia 1 de Março de 1977, na sequência de uma acentuada desvalorização do Escudo português (PTE), decretado pelas autoridades portuguesas, o Governo de Cabo Verde decidiu pela desvinculação do CVE ao PTE, passando o Escudo cabo-verdiano (CVE) a estar ligado a um cabaz de moedas representativas dos países com os quais Cabo Verde tinha relações económicas mais intensas. A 1 Julho de 1977, e integrado na comemoração do primeiro aniversário do início pleno das suas atividades, o Banco de Cabo Verde pôs a circular as suas primeiras notas de banco, o Escudo de Cabo Verde (CVE), com uma paridade igual ao do Escudo Português, substituindo assim as notas do Banco Nacional Ultramarino que então circulavam”.

Conforme o BCV (2014) “no dia 1 de Setembro do ano 1993 deu-se a efetiva desafetação da vertente comercial e de desenvolvimento do Banco de Cabo Verde, o que se traduziu na criação do Banco Comercial do Atlântico, Sarl, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, pondo-se assim termo a 17 anos de um regime monobancário”.

O sistema financeiro de Cabo Verde, em particular o sector bancário, passou por um processo contínuo de transformação nos últimos anos. Evoluiu de forma positiva desde a independência do país, visto que a partir deste período foi criado algumas instituições financeiras e tem mantido sólidas até agora. O sector bancário está cada vez mais competitivo e concorrencial, existindo atualmente oito bancos comerciais a operar no mercado cabo-verdiano.

A evolução do sistema financeiro cabo-verdiano passa necessariamente pelas transformações efetuadas no seu sistema bancário, visto que além deste constituir o

cerne do sistema financeiro, tem sido o impulsionador da criação de novas instituições parabancárias.

2.3-Os principais indicadores do sistema bancário Cabo-verdiano

Seguem-se algumas tabelas com dados relativos ao ano 2013, indicando o número de agências, de funcionários, de ativos, de créditos e de depósitos dos bancos comerciais cabo-verdianos. Na análise que se segue, vê-se claramente que o banco BCA é o líder em vários aspetos.

Tabela 1- Número de agências e de funcionários no ano 2013, expresso em unidades

Bancos	Número de Agências	Número de Funcionários
BCA	33	435
CECV	31	310
BCN	18	112
BI	9	115
BAICV	5	72
BESCV	2	25
ECOBANK	-	-
NB	7	-

Fonte: Elaboração própria, com dados dos Relatórios e Contas 2013 dos bancos em análise. No caso do ECOBANK a fonte é o BCV, a fonte para o Novo Banco é o sítio do mesmo

No geral, o número de agências bancárias em Cabo Verde tem vindo a crescer nos últimos anos, duplicando entre 2006 e 2013. Como se pode ver na tabela em cima, o BCA, a CECV e o BCN são os líderes nacionais, com 33, 31 e 18 agências respetivamente.

No que diz respeito ao número de funcionários, os bancos BCA, a CECV e o BI são os líderes do país, com um registo de 435, 310 e 115 funcionários respetivamente. Em Cabo Verde tem-se igualmente verificado no setor bancário o aumento de números de funcionários no decorrer dos anos, acompanhando obviamente o aumento do número de agências.

Tabela 2- Ativo dos bancos e crédito a clientes no ano 2013, expresso em mil contos cabo-verdianos

Bancos	Ativos	Crédito a clientes
BCA	70.327	39.168
CECV	50.660	33.707
BI	19.793	12.914
BESCV	24.085	2.487
BCN	13.451	9.008
BAICV	13.395	4.869
ECOBANK	1.732	-

Fonte: Elaboração própria, com dados dos Relatórios e Contas 2013 dos bancos em análise. No caso do ECOBANK a fonte é o BCV.

O banco com menor registo do ativo é o ECOBANK (não estão disponíveis os dados para o Novo Banco) e o que possui maior ativo é o BCA. Os bancos CECV e o BI encontram-se em segundo e terceiro lugar respetivamente, neste indicador. Aqui importa salientar a evolução do BESCIV, uma vez que este banco começou a sua atividade apenas no ano 2010.

Tabela 3- Depósitos de clientes no ano 2013, expresso em mil contos cabo-verdianos

Bancos	Depósitos de clientes
BCA	58.968
CECV	45.628
BI	17.156
BESCIV	22.016
BCN	11.252
BAICV	4.286
ECOBANK	-
NB	-

Fonte: Elaboração própria, com dados dos Relatórios e Contas 2013 dos bancos em análise

Os bancos BCA, CECV e o BI são os bancos que conservam maior volume de depósitos de clientes. Convém novamente salientar a importância do BESCIV, uma vez que este banco começou a sua atividade no ano 2010, tendo-se tornado um banco de confiança dos cabo-verdianos neste contexto da análise.

2.4-A atividade bancária em Cabo verde

Segundo Ferreira (1991), a atividade bancária é considerada como sendo uma atividade de elevado risco. O ciclo de transformações que se tem verificado no sector bancário nos últimos tempos, tem-se alargado a quase todos os países, trazendo o risco para o centro das preocupações da gestão bancária.

Ao longo do tempo, a atividade bancária tem vindo a destacar-se como um meio essencial para conservar/guardar o capital, como também para fazer empréstimos a curto, médio e longo prazo, em contrapartida do pagamento de juros. Ela faz com que a instituição financeira dependa da credibilidade dos seus credores relativamente à sua capacidade de honrar dívidas para dar continuidade a suas operações.

De acordo com o BCV (2013b, p.15) “a atividade dos bancos até Junho de 2013 desenvolveu-se num cenário adverso caracterizado pela redução da oferta agregada de crédito e num contexto marcado por uma intensa concorrência ao nível da captação de recursos junto dos clientes”.

Segundo Camara de Comercio Industria e Turismo Portugal Cabo Verde (2014), em Cabo Verde o exercício da atividade bancária é regulado pela lei nº3/V/96, de 1 de Julho.

2.4.1- A regulação e a supervisão do sistema bancário Cabo-verdiano

A atividade bancária dispõe de uma forte regulação e supervisão por parte dos Estados devido aos riscos que a mesma implica. Os Bancos Centrais, para diminuir o risco de falência dos bancos comerciais impõem o nível de reservas mínimas para cada instituição financeira, podem atuar como credor de último recurso do sistema bancário e acompanham o nível e a qualidade dos capitais existentes. Uma regulação eficiente poderá minimizar ou atenuar esses riscos.

De acordo com Calomiris (2003), na maioria dos países o nível de regulamentação sobre o sistema bancário cresceu drasticamente mais do que qualquer outro setor.

Segundo Jorion (2003) a regulamentação é necessária devido aos efeitos provocados por uma possível ingerência dos recursos da instituição que coloca em risco o capital de seus próprios acionistas, mas não é somente nesse sentido que um possível colapso pode afetar.

“Em todo mundo, o setor bancário é regulado de várias formas e através de uma multidão de entidades governamentais, leis e portarias [...] atualmente existe um reconhecimento mundial da necessidade de medir e controlar risco em atividades bancárias globais: e a regulamentação está convergindo e se tornando mais consistente em todos os países” Crouhy, Galai e Mark (2004, p.5).

De acordo com Beja, R. (2004, p. 55), “O Bank for International Settlements (BIS) é a mais antiga organização financeira internacional e tem como objetivo fomentar a cooperação monetária e financeira internacional e serve como o banco dos bancos centrais”. O BIS (2012) foi fundado em 17 de maio de 1930.

O Basel Committee on Banking Supervision (BCBS) ou Comité de Basileia de Supervisão Bancária foi estabelecida no âmbito do BIS e criado pelos governadores dos bancos centrais do grupo de países do G10, no final de 1974. É a principal organização internacional de regulação e supervisão bancária e o seu objetivo é apontar diretrizes regulatórias para a promoção da solidez e segurança do sistema bancário internacional. As principais contribuições do Comité consistem nos acordos de Basileia I, Basileia II e Basileia III.

Conforme o Committe (1988), o Basileia I foi o resultado de uma reunião do comité realizada em Julho de 1988. O objetivo do acordo era reforçar a solidez e a estabilidade do sistema bancário internacional e minimizar as desigualdades competitivas entre os bancos internacionalmente ativos por meio da padronização dos requerimentos de capital mínimo.

De acordo com Supervision (2004), o Basileia II foi estabelecido em Junho de 2004. Nesse acordo, as diretrizes foram separadas em três pilares para atender aos objetivos de fortalecer a estrutura de capital das instituições, favorecer a adoção das melhores práticas de gestão de risco e estimular maior transparência e disciplina de mercado. No

pilar I, foram aprimorados as exigências de capital para risco de crédito e acrescidos requerimentos para riscos operacionais. Os pilares II e III apresentam diretrizes para uma gestão de risco sólida e requerimentos de disciplina de mercado.

Segundo Supervision (2010), o Basileia III surge em 2010 num contexto de pós-crise financeira e pressões sobre a adequação das normas de regulação e supervisão então vigentes. O objetivo primordial é aumentar a capacidade do setor bancário de absorver choques decorrentes do estresse financeiro e económico. Além desse foco sobre a estrutura de capital, o acordo também apresenta restrições de liquidez e financiamento.

Em Cabo Verde, a regulação e o controlo do sistema financeiro e consequentemente do sistema bancário, estão a cargo do Banco de Cabo Verde e do Governo, através do Ministério das Finanças. Os poderes de superintendência, a supervisão e a disciplina pertencem ao Banco de Cabo Verde, tendo por base legal essencialmente os Acordos da Basileia. O Ministério das Finanças propõe a política financeira do Estado nos domínios monetário, cambial e de crédito, sob a consulta ao Banco Central (BCV). Ou seja, o BCV é o responsável pela regulação e supervisão de todo o sistema financeiro (incluindo as instituições de crédito).

“A regulação do sistema financeiro é feita em conformidade com a Constituição da República de Cabo Verde. São autoridades de regulação do sistema financeiro o Governo, o Banco de Cabo Verde e, na dependência do Governador do Banco de Cabo Verde, a Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários (AGMVM). O Governo consulta o Banco de Cabo Verde previamente à aprovação de quaisquer atos legislativos que se enquadrem no âmbito das suas competências regulatórias.” (Artigo 9º, Leis de Base do Sistema Financeiro- Cabo Verde do BCV)

“São autoridades de supervisão do sistema financeiro o Banco de Cabo Verde e, na dependência do Governador do Banco de Cabo Verde, a AGMVM.” (Artigo 10º, Leis de Base do Sistema Financeiro- Cabo Verde do BCV)

2.4.2-Os riscos mais frequentes da atividade bancária Cabo-verdiana

O risco está presente na vida de todos os seres humanos, ou seja, o risco é inerente a qualquer atividade na vida pessoal, profissional ou nas organizações e pode envolver perdas.

Segundo Gitman (1997), o risco pode ser definido como possibilidade de perda, ou como a variabilidade de retornos esperados relativos a um ativo.

De acordo com Instituto Educacional (2014), “ a definição de gestão de risco pode ser entendida como o processo de identificar, mensurar e controlar o impacto de possíveis fatos denominados de risco. No geral, a gestão de risco pode ser considerada como medidas para evitar, ou antecipar, os impactos ou efeitos dos possíveis riscos”.

Os negócios dos bancos estão relacionados com a venda de produtos financeiros, com o estabelecimento de relação de confiança e com a gestão de risco. Deste modo, a confiança é um importante ativo das instituições financeiras. Um banco adquire confiança através de uma boa reputação, de uma imagem de solidez e da qualidade da sua gestão.

A gestão de riscos de um banco é o principal mecanismo que garante que o próprio se mantenha em funcionamento de forma estável e regular.

Os principais riscos a que os bancos comerciais, designadamente em Cabo Verde, estão expostos, correspondem aos riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional.

2.4.2.1- Risco de crédito

Segundo Instituto Educacional (2014), o risco de crédito está relacionado à possibilidade do não recebimento do pagamento da contraparte na hora de pagar a dívida, em uma relação de crédito, seja por vontade ou por incapacidade de honrar as suas dívidas. Os principais elementos do risco de crédito são: a alteração do valor das dívidas, grande concentração em um único ou em poucos credores, avaliação errada da situação económica da contraparte e a perda de valor das garantias dadas em um empréstimo.

De acordo com Comitê de Supervisão Bancária da Basileia (2014), este risco aplica-se não apenas a empréstimos, mas também a outras operações intra e extra-balanço, tais como garantias, aceites e investimentos em títulos. A concessão de créditos a indivíduos ou empresas ligadas ao banco se não for controlada de forma apropriada, pode acarretar problemas significativos.

A enorme quantidade de créditos de cobrança duvidosa que se tem vindo a acumular ao longo dos anos constitui um dos grandes problemas dos bancos, umas das razões desse fato reside na má política de concessão de créditos, quando não é feita uma análise cuidadosa das condições de pagamento dos clientes.

Segundo o BAICV (2013: p.26), “ o banco dispõe de modelos de Rating e Scoring destinados exclusivamente à classificação/pontuação do nível de risco de crédito, de forma a avaliar a capacidade financeira dos seus clientes, através de indicadores de rentabilidade, liquidez, endividamento, atividade, solvência, entre outros”.

Conforme o BCA (2013: p. 28), “a nível do crédito, o ano de 2013 caracteriza-se por uma conjuntura claramente desfavorável, constatando-se a degradação da capacidade das contrapartes honrarem os compromissos assumidos, contribuindo para o incremento do crédito malparado no Sistema. Para amenizar a situação, o BCA procurou renegociar os créditos de modo a ajustar o serviço da dívida à real e atual capacidade dos mutuários.”

De acordo com o BCN (2013: p. 30), no que refere ao risco de crédito, o banco “adotou política de crédito seletiva, privilegiando o financiamento de novas operações com bons níveis de risco e tomando medidas de redução da exposição em alguns clientes de risco agravado.”

Conforme o BESCv (2013: p.16), neste banco “a gestão do risco de crédito é executada em articulação com a área comercial, com o Comité de Crédito do BESCv e com o Conselho Diário Financeiro e de Crédito do GBES. O cálculo das provisões é baseado numa política que emprega os preceitos padrões do Banco de Cabo Verde (Aviso nº 6/2007), os quais definem o risco das operações de crédito em cinco níveis diferentes, de A- E. ”

Finalmente, segundo o ECOBANK (2012: p.21), “no dia 31 de Dezembro de 2012 salienta que o risco de crédito não se afigurava relevante.”

Em termos globais, segundo o BCV (2013b: p.6), “a evolução desfavorável da atividade económica nacional contribuiu para a materialização do risco de crédito, traduzida na contínua deterioração da qualidade da carteira dos bancos.

2.4.2.2- Risco de liquidez

Segundo Comitê de Supervisão Bancária da Basileia (2014), o risco de liquidez num banco decorre da sua incapacidade de promover reduções em seu passivo ou financiar acréscimos em seus ativos. Quando um banco apresenta liquidez inadequada, perde a capacidade de obter recursos, seja por meio de um aumento de seus exigíveis ou seja pela pronta conversão de ativos, a custos razoáveis, afetando sua rentabilidade. Em casos extremos, uma liquidez insuficiente pode acarretar a insolvência de um banco.

Conforme Instituto Educacional (2014), os principais elementos do risco de liquidez correspondem á má gestão do fluxo de caixa, e pode ser causado por grandes posições financeiras em um mercado ou produto e a falta de liquidez desse mercado ou devido a crises financeiras.

Segundo o BAICV (2013: p. 29), o banco “baseia-se na análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes ativos e passivos do balanço”.

Conforme o BCA (2013: p. 29), “o ano 2013 confirmou a estabilização dos indicadores de liquidez do Banco, em virtude da continuação do crescimento dos depósitos e alguma contenção na atividade de concessão de créditos.”

Finalmente, segundo ECOBANK (2012: p. 23), “no que diz respeito à análise do risco de liquidez, para além das obrigações a que está sujeito para com o Banco de Cabo Verde, o Banco ainda recorre ao conceito de gap de liquidez, isto é, a partir do balanço do Banco, conjugando-o com os vencimentos das operações ativas e passivas, obtém-se uma posição desagregada (positiva ou negativa) segundo os prazos residuais de vencimento das operações”.

Em termos do sistema bancário como um todo, o Boletim de Estabilidade Financeira do BCV (2013b: p. 25 e 27) mostra que “a análise de liquidez do sistema bancário cabo-verdiano permite reconhecer em Junho de 2013 uma melhoria da capacidade de financiamento e de liquidez em relação a Junho de 2012, e deixa antecipar um baixo nível de risco de liquidez. Em termos globais, o financiamento junto da base de clientes, que é a principal fonte e a menos onerosa, tem constituído uma característica que reflete a posição estrutural de liquidez dos bancos em Cabo Verde. A análise de gaps de liquidez por prazos, em base agregada, evidencia para o sistema bancário cabo-verdiano uma melhoria substancial, transversal aos vários horizontes temporais considerados e à generalidade das instituições, face a Dezembro de 2012. A melhoria deve-se, fundamentalmente, ao aumento dos ativos líquidos, nomeadamente das aplicações de curto prazo em instituições de crédito no estrangeiro, face às responsabilidades”.

2.4.2.3- Risco de mercado

Conforme o Instituto Educacional (2014), o risco de mercado está relacionado com a flutuação dos preços de ativos ou passivos das instituições. Ele pode ser assim definido como a variação (volatilidade) dos preços. Os principais elementos deste risco relacionado ao mercado financeiro são: as taxas de juro, as taxas de câmbio, o preço das ações e o preço das commodities. Uma variação muito grande ou inesperada de um desses elementos pode levar a instituição a grandes perdas, ou até mesmo à falência.

Segundo o Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (2014), uma modalidade específica do risco de mercado é o risco de câmbio. Os bancos atuam como incitadores de mercado de moedas estrangeiras ao estabelecerem as suas cotações juntos aos clientes e ao assumirem posições abertas em moedas. Os riscos inerentes às operações de crédito, particularmente na condução de posições abertas em moedas estrangeiras, crescem durante os períodos de instabilidade das taxas de câmbio.

Conforme o BAICV (2013: p.28), relativamente ao risco cambial, “tendo em conta a paridade existente entre o Euro e o Escudo Cabo-verdiano, o banco tem privilegiado as operações em Euros, visto que tal estratégia reduz significativamente os impactos no Produto Bancário da instituição”.

Segundo ECOBANK (2012: p. 21), no dia 31 de Dezembro de 2012 “o banco não possui títulos de capital ou derivados em carteira, possuindo apenas obrigações do tesouro da República de Cabo Verde. Desta forma, o risco de mercado não se afigurava relevante”.

Conforme o BCN (2013: p. 30 e 31), neste aspeto o banco “avalia com periodicidade mínima semestral a sua capacidade em absorver variações adversas nas taxas de juros a que se encontra exposto, através da análise de sensibilidade da margem financeira e do capital a uma descida das taxas de juros. Relativamente ao risco cambial, o banco faz controlo diário da exposição global em divisas”.

Finalmente, segundo o BCA (2013: p. 30), “o risco de taxa de câmbio continuou a ser monitorizado com o acompanhamento mensal da evolução da posição cambial.”

Em termos conjuntos do sistema bancário de Cabo Verde, de acordo com o BCV (2013b: p.22 e 24), “as taxas de juro das operações bancárias mantiveram-se durante o 1º semestre de 2013 relativamente estáveis. As instituições cabo-verdianas evidenciam, dada a estrutura da carteira, estar bem posicionadas para enfrentar o risco de taxa de juro. A composição cambial dos bancos apresenta um risco de exposição cambial relativamente baixo. O total dos ativos ponderados pelo risco de taxa de câmbio representava em Junho de 2013 um valor inferior a 1 por cento do total dos ativos ponderados pelos riscos.”

2.4.2.4- Risco operacional

Segundo Bergamini Júnior (2005), o risco operacional é o resultado de fraudes praticadas por empregados, falhas nos processos e nos sistemas informatizados, ocorrendo em função de desempenho organizacional inadequada, falta de planeamento e de monitorização na delegação de poderes, de procedimentos sem conformidade e da obsolescência de produtos e processos.

Assim, como defende Marshall (2002), as principais soluções contra os riscos operacionais são funcionários com bons conhecimentos dos riscos, e bons processos e sistemas que incorporem tais conhecimentos.

De acordo com o BAICV (2013: p.27) “o banco tem implementado políticas e procedimentos internos de controlo, visando a mitigação dos riscos operacionais subsequentes à sua atividade”

Conforme o BCN (2013: p. 31), o banco “tem vindo a adotar um conjunto de procedimentos e mecanismos de controlo, que são claramente definidos e instituídos através de normativos internos”.

Segundo o BCV (2013b: p.27), “o peso dos ativos ponderados pelo risco operacional no total dos ativos ponderados pelo risco reduziu 0,5 pontos percentuais face a Junho de 2012, o que significa uma menor exposição das instituições bancárias ao risco operacional. Contudo, este indicador deve ser analisado com reservas, sugere que o aumento do volume de negócios acarreta maior risco ligado aos fatores humanos, tecnológicos e outros, mas descarta os mecanismos e processos de controlo interno implementados de risco operacional”.

2.5- A estrutura do sistema bancário de Cabo Verde

De acordo com a lei nº 3/V/96, de 1 de Julho, o sistema financeiro cabo-verdiano é constituído pelas Instituições de Crédito, Instituições Parabancárias e Instituições Financeiras Internacionais de acordo com a Câmara de Comercio Industria e Turismo Portugal Cabo Verde.

De acordo BCV (2013a: p. 75), “o sistema bancário cabo-verdiano desempenha um papel fundamental enquanto principal intermediário financeiro, captando recursos para o financiamento da economia. Com efeito, o sistema bancário residente comporta mais de 80 por cento dos ativos do sistema financeiro nacional, não obstante a dinamização, a partir de 2005, da Bolsa de Valores de Cabo Verde.”

No final do ano 2013 o sistema bancário nacional comportava duas categorias de instituições, de crédito e parabancárias. No segmento *onshore*, o sistema contava com oito instituições de crédito (Banco Comercial do Atlântico, Caixa Económica de Cabo Verde, Banco Interatlântico, Banco Cabo-Verdiano de Negócios, Banco Angolano de Investimentos, Banco Espírito Santo - Cabo Verde, Ecobank-Cabo Verde e Novo Banco) e no segmento *offshore* encontravam-se licenciadas para operar oito instituições financeiras internacionais (Banco Fiduciário Internacional, Banco Sul Atlântico, Banco BIC, Banco Privado Internacional, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, Banco Montepio Geral, Banco Espírito Santo), menos uma face a 2012, e uma gestora de ativos (CA Finance, SA).”

Relativamente a vertente parabancária estavam autorizadas a operar uma sociedade gestora de capital de risco (A Promotora), três agências de câmbio (Cotacâmbios, GMT-Global Money Transfer e MaxiPay), uma sociedade emissora de cartões de crédito e débito e de intermediação do sistema de pagamentos (SISP, SA) e uma sociedade de leasing (Promoleasing, SA).

2.6- A estrutura dos acionistas dos bancos comerciais em Cabo Verde

Os bancos que representam o setor da banca comercial em Cabo Verde possuem uma estrutura do capital onde se verifica o predomínio de um acionista maioritário sobre os restantes. Pode-se ver claramente que é muito significativa a presença de capitais portugueses na estrutura de capital de algumas das principais instituições bancárias de Cabo Verde: Grupo Caixa Geral de Depósitos (BCA e BI), Geocapital (CECV), Grupo BANIF (BCN) e o Grupo Banco Espírito Santo (BESCV).

Banco Comercial do Atlântico

Segundo o BCA (2014), o Banco Comercial do Atlântico foi criado, no dia 1 de Setembro de 1993, como resultado da separação das vertentes comercial e de supervisão, que eram desempenhadas pelo Banco de Cabo Verde - BCV, desde 29 de Setembro de 1975, tendo o BCV passado, a partir de 1993, a assumir apenas as funções de Banco Central. Foi criado sob forma de sociedade anónima, de capitais exclusivamente públicos. No âmbito do processo da privatização, foi selecionado como parceiro estratégico para o BCA o agrupamento constituído pela Caixa Geral de Depósitos/Banco Interatlântico, que adquiriu 52,5% do capital do BCA, em Fevereiro de 2000. Convém salientar que a Garantia, SARL foi a primeira instituição a adquirir as ações do BCA, antes do processo de privatização.

O Banco Comercial do Atlântico, possuía um capital social de 1.324.765.000\$00, sendo desta forma, detentor de 1.324.765 ações á data de 31/12/2013 conforme o BCA (2013: p. 3).

O banco está implantado em todas as ilhas e quase todos os concelhos do arquipélago. Este banco mantém a sua posição de liderança no sector bancário cabo-verdiano, mantendo-se como banco de referência. Em 2005, o BCA foi uma das primeiras empresas a serem cotadas na Bolsa de Valores de Cabo Verde. No final do ano 2013 este tinha um total de 33 agências e 435 funcionários.

Houve um aumento de capital em Março de 2009, passando de 1.000.000.000\$00 para 1.324.765.000\$00 (B.O. III Série nº 22, de 12 de Junho de 2009) de acordo com o BCV.

Tabela 4- A distribuição do Capital Social do BCA, em 31/12/2013

Acionista	Percentagem
CGD/Interatlântico	52,65%
Garantia	12,52%
Estado	10,00%
Trabalhadores	2,41%
ASA- Aeroporto e Segurança Aérea, SA	2,17%
Outros Acionistas	20,26%
Total	100,00%

Fonte: Elaboração própria, com dados dos Relatórios e Contas do BCA (2013).

Caixa Económica de Cabo Verde

De acordo com a CECV (2014), a Caixa Económica foi criada a 18 de Maio de 1928 com a designação de "Caixa Económica Postal", integrada no então serviço dos "Correios e telegráficos" sob a tutela do Ministério das Telecomunicações. No dia 30 de Dezembro de 1985, foi transformada numa instituição financeira autónoma, com a designação de Caixa Económica de Cabo Verde, tutelada pelo Ministério das Finanças.

O capital social da CECV, equivalia a 1.392.000.000\$00 em 31/12/2013. A cotação das ações do banco tem sido bastante estável, tendo o registo de 3.000\$00 por cada ação no final do ano 2013 segundo CECV (2013: p.22).

A CECV é o segundo maior banco do país, em termos de mercado de crédito e de captação de depósitos, e possui a estrutura acionista mais equilibrada no sector, uma vez que o seu capital se encontra mais disseminado (ver quadro abaixo). Foi admitida à cotação na Bolsa de Valores no ano 2005. No final do ano 2013 tinha um total de 31 agências e 310 funcionários.

Tabela 5- A distribuição do Capital Social da CECV, em 31/12/2013

Acionista	Percentagem
Instituto Nacional de Previdência Social	32,2%
Geocapital, Soc. Gestão de Participações	27,4%
Correios de Cabo Verde	15,1%
Impar- Companhia Cabo-verdiana de Seguros	12,1%
Outros Subscritores e Trabalhadores	13,2%
Total	100,00%

Fonte: Elaboração própria, com dados dos Relatórios e Contas da CECV (2013).

Banco Interatlântico

Segundo o sítio do BI, a história deste banco começou no mês de Fevereiro de 1998 quando a Caixa Geral de Depósitos procedeu à inauguração de uma Sucursal em Cabo Verde, com o objetivo de aproveitar as potencialidades de uma economia em desenvolvimento e de contribuir para a dinamização do sistema financeiro local, complementando a tradicional forma de presença do Grupo em Cabo Verde via Escritório de representação do Banco Nacional Ultramarino. Em Julho de 1999, a Caixa Geral de Depósitos, dando continuidade ao projeto de implementação em Cabo Verde, procedeu à transformação daquela sucursal no Banco Interatlântico, por integração dos ativos e passivos, nos termos autorizados pelas autoridades locais competentes, o que representou mais um salto qualitativo na sua presença em Cabo Verde. A Caixa Geral de Depósitos passou a deter 70% do capital social do Banco, sendo a parte restante repartida entre um conjunto de empresários e empresas locais de reconhecida competência e representatividade. O BI possui balcões nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal e Boa Vista, todos dotados com a mais moderna tecnologia.

No dia 31/12/2013, o capital social do BI correspondia a 1.000.000.000\$00, correspondendo a 100.000 ações segundo BI (2013: p.4).

O BI é o terceiro maior banco de Cabo Verde em termos de mercado de crédito e de captação de depósitos. No final do ano 2013 este tinha um total de 9 agências e 115 funcionários.

Tabela 6- A distribuição do Capital Social do BI, em 31/12/2013

Acionista	Porcentagem
Caixa Geral de Depósitos, SA	70,00%
Empreitel Figueiredo, SA	11,69%
Adega, SA	6,43%
Sita, SA	5,45%
Pedro José Sapinho Rodrigues Pires	1,74%
David Hopffer Almada	1,36%
Francisco Barbosa Amado	0,84%
Teresa Jesus Teixeira B.Amado	0,88%
Racan, Lda	0,77%
João Higinio Rosário Silva	0,45%
Mário Jorge Menezes	0,39%
Total	100,00%

Fonte: Elaboração própria, com dados dos Relatórios e Contas do BI (2013).

Banco Cabo-Verdiano de Negócios

De acordo com o BCN, a história do Banco remota a Fevereiro de 1996, altura em que o Banco Totta & Açores, de Portugal, abriu uma sucursal na cidade da Praia. A sucursal passou a banco de direito cabo-verdiano, com a denominação de Banco Totta de Cabo Verde (BTCV), em Janeiro de 2003, abrindo mais duas agências no Mindelo e na Assomada. Com a criação do BTCV começou uma nova fase do Banco que culminou com a aquisição, em Outubro de 2004, da totalidade do seu capital, pela empresa cabo-verdiana SEPI- Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos, S.A. Com essa negociação surge assim o primeiro banco privado e 100% cabo-verdiano em toda a história do sistema financeiro nacional. Em Fevereiro de 2005, por razões de ordem estratégica, a SEPI, decide alterar a denominação do Banco passando a chamar-se BCN- Banco Cabo-verdiano de Negócios. Em Fevereiro de 2007, o BCN e o Banif estabeleceram uma parceria estratégica, que vai contribuir para um reposicionamento do BCN no mercado cabo-verdiano da banca.

O BCN, tinha um capital social de 900.000.000\$00 em 31/12/2013. Nessa data, o seu capital social correspondia á 900.000 ações de acordo com o BCN (2013: p.6).

No final do ano 2013 este tinha um total de 112 funcionários e uma rede de 18 Agências, espalhadas pelas nove ilhas habitadas do país, isto lhe confere a terceira posição do mercado em termos de pontos de venda.

Tabela 7- A distribuição do Capital Social do BCN, em 31/12/2013

Acionista	Percentagem
Banif SGPS	51,69%
SEPI	43,87%
Cruz Vermelha de Cabo Verde	4,44%
Total	100,00%

Fonte: Elaboração própria, com dados dos Relatórios e Contas do BCN (2013).

Banco Angolano de Investimento Cabo Verde

O Banco Angolano de Investimentos Cabo Verde, S.A. (anteriormente Banco Africano de Investimentos Cabo Verde, S.A.) iniciou a sua atividade no dia 1 de Outubro de 2008 segundo o site do BCV.

O BAI tinha um capital social de 2.330.795.000\$00 no dia 31/12/2013. No final do ano 2013, neste registou 5 balcões, 72 funcionários e um total de 9427 clientes conforme o BAICV (2013: p.12).

Tabela 8- A distribuição do Capital Social do BAICV, em 31/12/2013

Acionista	Percentagem
BAI SA	80,43%
Sonangol Cabo Verde	16,30%
SOGEI SA	3,26%
Total	100,00%

Fonte: Elaboração própria, com dados dos Relatórios e Contas do BAICV (2013).

Banco Espírito Santo Cabo Verde

O BESCVC, no dia 31/12/2013 possuía um capital social de 1.433.000.000\$00, dividido em 1.433.000 ações, com valor nominal de 1.000\$00 (mil escudos) cada, de acordo com o BESCVC (2013: p. 9).

O BESCVC tem sede própria, na cidade da Praia, onde também funciona a agência sede e os serviços centrais e administrativos. Este iniciou a sua atividade em Cabo Verde no dia 19 de Julho de 2010. A atividade do Banco abrange a generalidade das áreas do sector bancário, com especial incidência nos mercados das médias e grandes empresas. No final do ano 2013 este tinha 2 agências e 25 funcionários.

Tabela 9- A distribuição do Capital Social do BESCVC, em 31/12/2013

Acionista	Percentagem
BES África, SGPS- S.A.	99,9895%
Pedro Roberto Menéres Cudell	0,0035%
António Manuel Cerveira Duarte	0,0035%
João Carlos Pereira Dias Baptista	0,0035%
Total	100,00%

Fonte: Elaboração própria, com dados dos Relatórios e Contas do BESCVC (2013).

ECOBANK Cabo Verde

O ECOBANK Cabo Verde, S.A. é uma instituição de crédito de capital privado, constituída sob a forma de sociedade por escritura pública em 31 de Março de 2009, tendo iniciado a sua atividade em 13 de Julho de 2009 como instituição financeira internacional (IFI). Transformou-se em Banco Comercial no dia 1 de Junho de 2010, após ter obtido a licença do Banco de Cabo Verde de acordo com o ECOBANK (2012: p.8).

O Ecobank Cabo Verde, S.A. possuía um capital social no valor de 765.744.000\$00, correspondendo á 765.744 ações, cada um com o valor nominal de 10.000\$00 (dez mil escudos) no dia 31/12/2012 conforme o ECOBANK (2012: p.8).

O ECOBANK é um grupo bancário que opera na África Central e Ocidental entrou em atividade com o capital social inicial de trezentos mil contos cabo-verdianos.

Tabela 10- A distribuição do Capital Social do ECOBANK Cabo Verde, em 31/12/2012

Acionista	Percentagem
Ecobank Transnational Incorporated, S.A	95%
Ecobank Senegal, S.A.	5%
Total	100,00%

Fonte: Elaboração própria, com dados dos Relatórios e Contas do ECOBANK (2012).

Novo Banco

De acordo com o NB (2014), o Novo Banco, S.A. no dia 27 de Setembro de 2010 foi constituído sob a forma de sociedade anónima com um capital social no montante de 300.000.000\$00. Este banco, iniciou a sua atividade no dia 11 de Outubro de 2010, conforme o BCV (2014).

Tabela 11- A distribuição do Capital Social do Novo Banco, em 31/12/2013

Acionista	Percentagem
Correios de Cabo Verde	25%
Imobiliária, Fundiária e Habitat	25%
Caixa Económica de Cabo Verde	20%
Instituto Nacional de Previdência Social	20%
Estado de Cabo Verde	5%
Banco Português de Gestão	5%
Total	100,00%

Fonte: Elaboração própria, com dados do site do Novo Banco.

2.7- A concentração bancária em Cabo Verde

O aumento da concorrência externa devido à globalização, faz com que os bancos queiram alargar o seu horizonte, isto é, ganhar maior dimensão com o intuito de criarem barreiras à entrada de novos concorrentes, a fim de assegurarem a confiança dos seus clientes e não só.

A procura de oportunidade da concentração ocorre sobretudo em períodos de baixa nos mercados de capitais. A forma em que decorre a concentração não é exclusivo do setor bancário, convém ser enquadrado num processo à escala mundial, uma vez, que é um fenómeno que vem ocorrendo em vários países do mundo.

Este processo tem-se acelerado muito nos países desenvolvidos nas duas últimas décadas, em consequência dos efeitos da desregulamentação financeira e das inovações tecnológicas. Como resultado desse processo, é provável um declínio nas margens líquidas de juros dos bancos dado o aumento na concorrência bancária.

“O processo de concentração num determinado setor traduz –se pelo incremento da dimensão relativa dos principais concorrentes presentes, normalmente associado à redução de número de entidades presentes no mercado” Acín (1994: pp.88-104).

A concentração, muitas vezes, passa pelo processo de aquisição de outras instituições, fusão ou alianças estratégicas de cooperação. Segundo Matos e Rodrigues (2000), a fusão pode verificar-se quando uma das sociedades pré-existentes absorve o património das restantes, que se extinguem, ou uma nova sociedade absorve o património de todas as sociedades pré-existentes, extinguindo-se estas.

As fusões, muitas vezes, visam a obtenção de acréscimos na eficiência operativa e, consequentemente, reduções nos seus custos e maximização de lucros, através da eliminação de ineficiência na sua gestão. Quando os bancos começaram a debater-se com o problema da rentabilidade, na sequência da redução da margem, as fusões sugeriram como uma forma mais económica de implementar uma reestruturação para os manter no sistema com menores riscos, permitindo atenuar os problemas da rentabilidade e aumentar o nível das operações.

De acordo com Rappaport (2001) o objetivo básico das aquisições é adicionar valor, um fim idêntico ao de qualquer outro investimento associado à estratégia global da empresa.

As fusões e as aquisições fazem parte da reestruturação necessária para melhorar a utilização eficaz dos recursos, que podem beneficiar o emprego, mas a longo prazo. Rocha (2001) diz que a busca de escala e de poder de mercado está na origem da atual tendência mundial de fusões e aquisições na área bancária.

O índice de concentração de Herfindahl avalia o grau de concentração num determinado mercado. De acordo com o BCV (2012: p. 13), “o índice do quadro em baixo foi obtido através do somatório dos quadrados do peso das agências (%) pertencentes a cada uma das instituições de crédito em atividade no país. A interpretação deste indicador é dada pela grandeza do valor do índice apurado sendo que abaixo de 1.000 indica pouca concentração, entre 1.000 e 1.800 concentração moderada e acima de 1.800 concentração elevada”.

Quadro 1- Índice de concentração da Banca 2007- 2012

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Duas maiores instituições	75,8	63,6	62,6	58,1	58,7	57,7
Restantes instituições	24,2	36,4	37,4	41,9	41,3	42,3
Índice de concentração	3.262,2	2.804,9	2.756,9	2.448,1	2.357,5	2.281,5

Fonte: Relatório do Sistema de Pagamento Cabo-Verdianos/2012 do BCV

Desta forma, de acordo com o BCV (2012: p.14), “ não obstante as alterações registadas a nível do indicador, observa-se que o sector bancário nacional continua altamente concentrado, com as duas maiores instituições a exibirem uma representatividade significativa ao longo dos anos, muito embora com perda de terreno desde 2008, o que se justifica, não só pelas alterações no sector face ao surgimento de novas instituições de crédito, como também pelo moderado crescimento do número de agências, particularmente nos últimos dois anos”.

2.7.1- Concentração bancaria e Rentabilidade

Relativamente à relação entre a rentabilidade e a concentração do mercado bancário, existe na literatura da economia industrial duas hipóteses principais de competição: a Estrutura-Condução-Performance (SCP) e a Eficiência-Estrutura (ES). Na SCP, argumenta-se que em situação de concentração de mercado, os bancos com maior poder de mercado tendem a adquirir lucros acima do normal à custa do bem-estar dos consumidores e da eficiência total do sistema, de acordo com Goddard et al. (2011). Desta forma, a concentração afeta o lucro positivamente e no caso de suspeita de SCP, o responsável pela regulação possui justificação para intervir. Na Eficiência-Estrutura, argumenta-se que os bancos mais eficientes usam melhor os seus recursos e tendem a ter mais lucros e expandir mais. Aqui a relação positiva entre a rentabilidade e a concentração de mercado é espúria, visto que, ambos os fatores são na verdade determinados pela eficiência. Caso haja suspeita de ES, existem sinais de que o mercado está operando eficientemente.

Quanto ao mercado bancário, os resultados na literatura divergem. García-Herrero, Gavilá e Santabárbara (2009), por exemplo, constataram que um sistema bancário menos concentrado é favorável à rentabilidade dos bancos. Por outro lado, Short (1979) e Bourke (1989) encontram uma relação positiva e evidência empírica que apoia a hipótese da SCP. Contudo, para autores como Athanasoglou, Brissimis e Delis (2008) e Berger (1995), as variáveis de concentração de mercado não são importantes para explicar a rentabilidade dos bancos e portanto, nenhuma das duas hipóteses levantadas acima são verificadas.

2.7.2- Tipos de concentração

Segundo Ross, Westerfield e Jaffe (1995), as fusões ou aquisições podem ser:

- Horizontais: União entre as firmas que atuam no mesmo setor de atividade, geralmente concorrentes. Exemplos: bancos, locação financeiras, factoring.

- **Verticais:** Quando resultam da união entre firmas que fazem parte da mesma cadeia produtiva, podendo ser a montante, em direção aos fornecedores. Exemplos: bancos, informática, rating administrativo de imóveis.
- **Em aglomeração:** Quando envolvem empresas de sectores de atividades não relacionados, visando a diversificação dos investimentos a fim de reduzir os riscos a aproveitar oportunidade de investimento. Exemplos: bancos, seguradoras, corretoras.

2.8- Dispersão geográfica do sistema bancário em Cabo Verde

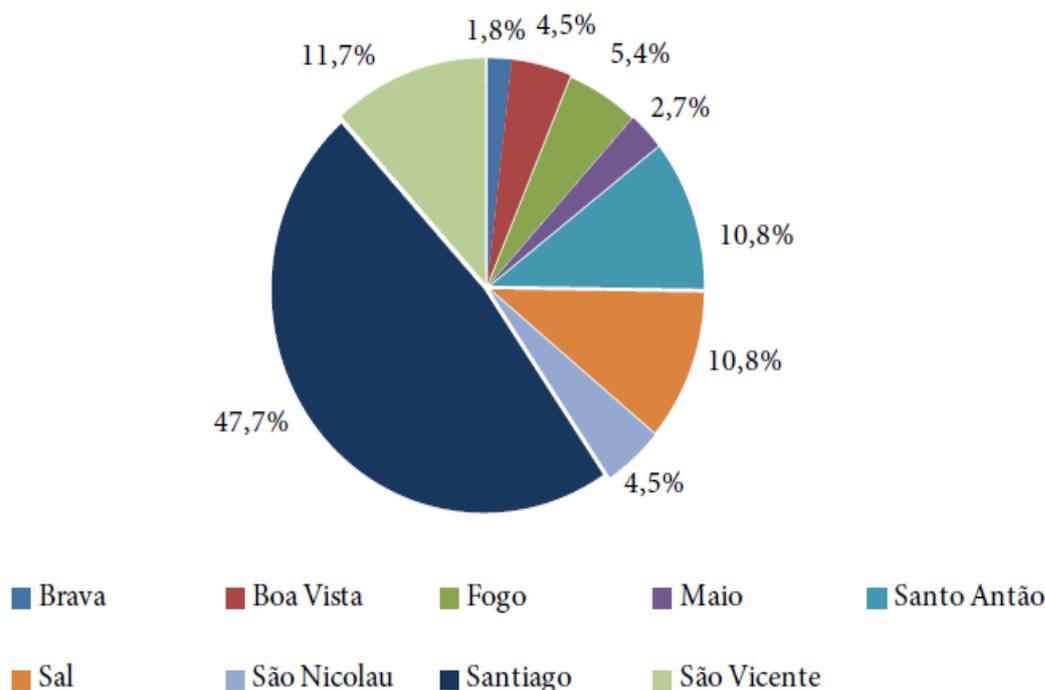
O sistema bancário cabo-verdiano ao longo dos anos vem dando sinais de vitalidade, derivado do aumento de capital social dos bancos comerciais, do aumento e ampliação dos investimentos referente a aquisição de novos funcionários, e do crescimento no número de agências. O aumento da concorrência exige maior e melhor desempenho dos bancos para que possam permanecer no mercado.

2.8.1- Distribuição geográfica da banca

Apesar da entrada de instituições estrangeiras em Cabo Verde, com a abertura do mercado bancário, não se alterou significativamente a situação na qual o mercado se encontrava. O sistema bancário, continuou pequeno com oito bancos comerciais a operar no mercado. A nível geográfico, o mercado é pouco disperso, concentrando-se nas principais cidades.

De acordo com o Relatório do Sistema de Pagamentos Cabo-Verdiano/2012 do BCV (2012; p. 13), “o sector bancário em Cabo Verde manteve, durante muitos anos, uma estrutura de mercado inalterada, composta por quatro instituições de crédito, não obstante a expansão verificada no número de balcões ao longo deste período”.

Gráfico 1- Distribuição geográfica da banca no ano 2012



Fonte: Relatório do Sistema de Pagamento Cabo-Verdianos/2012 do BCV

De acordo com o mesmo relatório (BCV, 2012: p. 17), nesta análise, “segue-se o padrão habitual dos anos anteriores, continuando a sobressair o domínio da ilha de Santiago, com um total de 53 balcões (47,7%), o que representa um crescimento de 3,1% face ao ano de 2011. Para as outras ilhas, o número de agências/balcões manteve-se inalterado face ao ano transato, evidenciando, porém, ligeiras perdas de peso em termos da distribuição geográfica da banca. São Vicente destaca-se, assim, com 13 agências, com um peso de 11,7% (2011:12,0%), seguida das ilhas do Sal e Santo Antão, ambas com 10,8% (2011:11,1%) do total das agências, com 12 agências cada. A ilha do Fogo comparticipa com 5,4% (2011: 5,6%) do total de balcões, seguida da Boa Vista e São Nicolau, ambas com 4,5% (2011:4,6%), Maio com 2,7% (2011: 2,8%) e Brava com 1,8 % (2011:1,9%)”.

Quanto a presença dos bancos pelo país houve poucas alterações no ano 2012, o BCA e BCN continuaram presentes em todas as ilhas. A CECV esteve presente em oito ilhas e presta serviços bancários ao público através dos Correios de Cabo Verde, nos concelhos onde não possui estrutura própria.

2.8.2- Distribuição geográfica dos terminais da rede vinti4- 2012

Na ilha de Santiago regista-se o maior índice de concentração de terminais instalados no território nacional com 47,45 dos ATM e 49,5% dos POS. A ilha do Sal é a segunda com maior índice, com 14,2% do total de ATM e 16,9% do total de POS existentes a nível nacional. A ilha de São Vicente apresenta um peso de 13,0% do total dos ATM e de 19,0% do total dos POS. Comparando com os anos 2010 e 2011, a ilha da Boa Vista tem revelado uma evolução positiva, dado que alcançou 227 terminais em 2012, dos quais 12 ATM e 215 POS (2010:132 terminais; 2011:202 terminais), o que corresponde a 7,4% (POS) e 7,2% (ATM) do peso total dos terminais instalados no país. As outras ilhas (5) tiveram um peso de 17,9% dos ATM e 7,4% dos POS.

Quadro 2- Distribuição geográfica dos terminais da rede vinti4- 2012

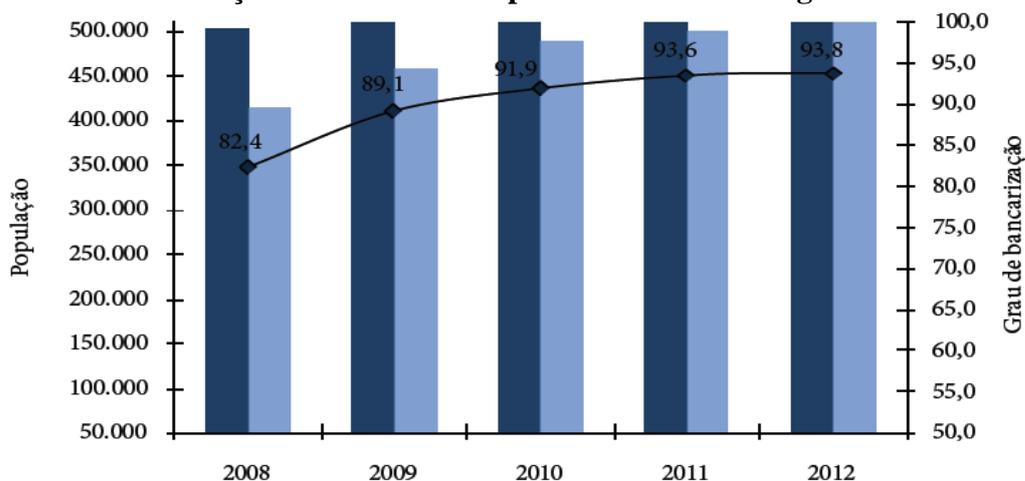
	Nº de ATM	Nº de POS	Unidades	
			Peso ATM (%)	Peso POS (%)
Santiago	77	1.481	47,5	49,5
Sal	23	506	14,2	16,9
São Vicente	21	568	13,0	19,0
Fogo	7	73	4,3	2,4
Santo Antão	11	72	6,8	2,4
São Nicolau	5	40	3,1	1,3
Boa Vista	12	215	7,4	7,2
Maio	4	23	2,5	0,8
Brava	2	12	1,2	0,4
	162	2.990	100,0	100,0

Fonte: Relatório do Sistema de Pagamento Cabo-Verdianos/2012 do BCV

2.8.3- Grau de bancarização e contas de depósitos à ordem

Relativamente ao grau de bancarização da população Cabo-verdiana, que é medida pela relação entre o número de contas de depósito à ordem em moeda nacional e o número de habitantes, os dados do BCV referentes aos anos 2008 até 2012 permitem ver uma tendência de crescimento, embora a desacelerar à medida que toda a população ganha acesso aos serviços bancários.

Gráfico 2- Evolução das contas de depósitos à ordem e do grau de bancarização



Fonte: Relatório do Sistema de Pagamento Cabo-Verdianos/2012 do BCV

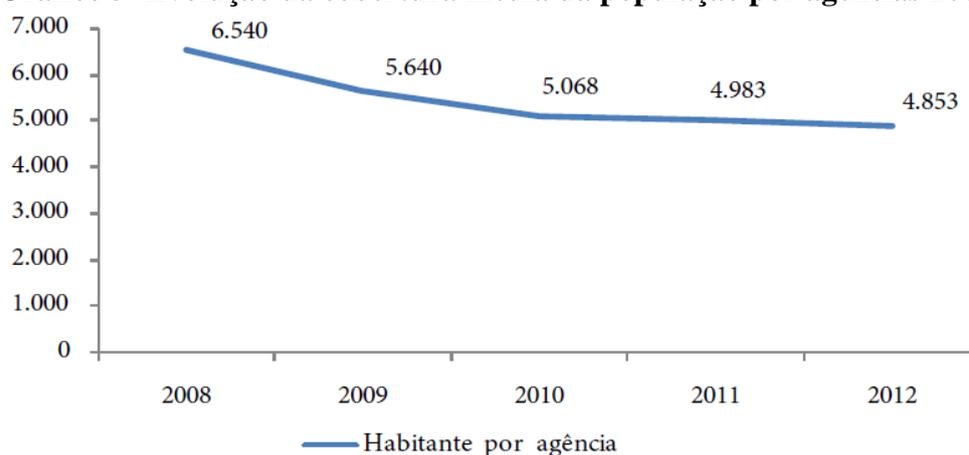
De acordo com o BCV (2012: p.15), o “foco no crescimento das Instituições de Crédito, tem como o objetivo de alargamento da presença das mesmas aos mais variados estratos sociais e geográficos, tem tido reflexo direto no crescimento do número de contas de depósito à ordem em moeda nacional, que evidencia uma taxa anual de crescimento, nos últimos 5 anos, de 8,0%. Ao longo do ano de 2012, foram abertas 47.212 novas contas, perfazendo um total de 572.698, o que corresponde a um crescimento de 9,0% em relação ao ano anterior (525.486). As novas contas abertas no ano em análise referem-se, sobretudo, a contas de particulares, com um total de 34.049 (72,0%), seguidas das contas de Empresas, com 22,9% (10.845) e das contas do Estado e Outros, com 5,0% (2.380)”

O grau de bancarização da população cabo-verdiana evoluiu positivamente ao longo do tempo demonstrando-se um importante indicador para o sistema de pagamento nacional. No final do ano 2012 atingiu 93,8%, correspondendo a um ligeiro acréscimo de 0,2% comparativamente ao período homólogo.

2.8.4- Relação habitantes e agências

A relação entre o número de habitantes e o número de agências tem a sua relevância, uma vez que através desta relação, os bancos podem ver até que ponto devem ampliar ou não o número de agências de forma a corresponder com a evolução demográfica do país.

Gráfico 3- Evolução da cobertura média da população por agências 2008- 2012



Fonte: Relatório do Sistema de Pagamento Cabo-Verdianos/2012 do BCV

A evolução da cobertura média da população por agências tem diminuído desde o ano 2008. Cada vez há menos habitantes por agências /balcão, tendo em média no ano 2012 um registo de um balcão por 4.853 habitantes.

Conforme BCV (2012: P.15), o rácio de balcões e da distribuição da cobertura geográfica da rede por região, destaca-se a zona sul do país, com 57,7% (64 balcões) e uma taxa de cobertura de 92,9%, continuando com apenas um concelho (concelho de São Lourenço dos Órgãos) sem cobertura. Na zona norte do país, registou-se 42,3% (47 balcões) apresentando uma cobertura de 100%. No país, a cobertura é de 95,5% (21 concelhos), tendo o concelho da Praia o maior número de agências/balcões, somando 37 agências/balcões em 2012, representativas de cerca de 33,3% do número total de balcões a nível nacional e 69,8% das sedeadas na ilha de Santiago.

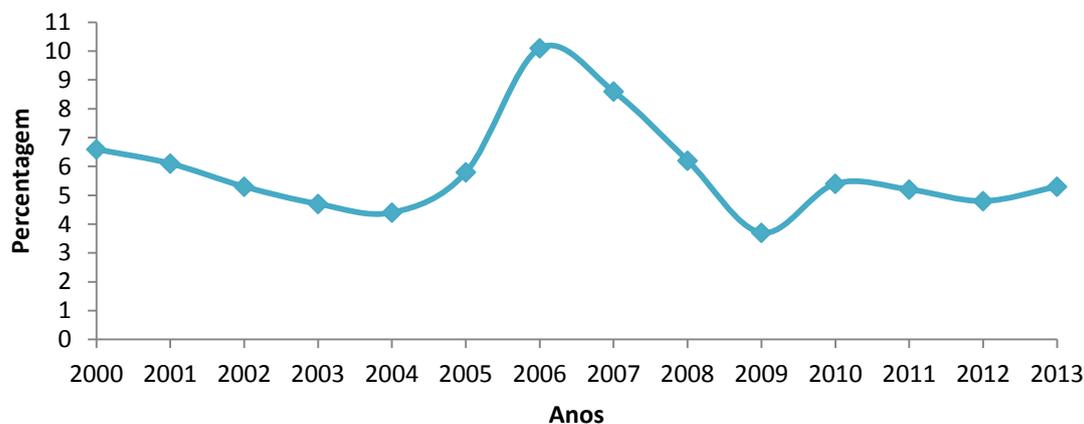
2.9- A atual crise financeira e Cabo Verde

Vivemos num mundo globalizado, onde o que acontece num continente acaba por ter um impacto direto ou indireto em outros continentes. O processo de globalização tem as suas vantagens e as suas desvantagens. Como sabemos a atual crise financeira instalou-se no mercado de crédito norte-americano no ano 2007, quando os bancos americanos ampliaram as suas linhas de crédito, sobretudo no setor imobiliário e reduziram as exigências para libertar financiamentos, no chamado mercado subprime. Não demorou muito para esta crise se espalhar pelo mundo devido à globalização.

Cabo Verde tem uma relação próxima com os Estados Unidos da América, Portugal, França entre vários outros países da Europa, uma vez que há muitos cabo-verdianos a

residirem nestes países e Cabo Verde depende das remessas de emigrantes, sem contar que há vários protocolos de cooperação a diversos níveis assinados entre Cabo Verde e estes países. Desta forma, Cabo Verde acaba por sentir claramente os efeitos positivos e negativos dos fenómenos que acontecem nestes países parceiros.

Gráfico 4-Taxa de crescimento real do PIB, expresso em percentagem

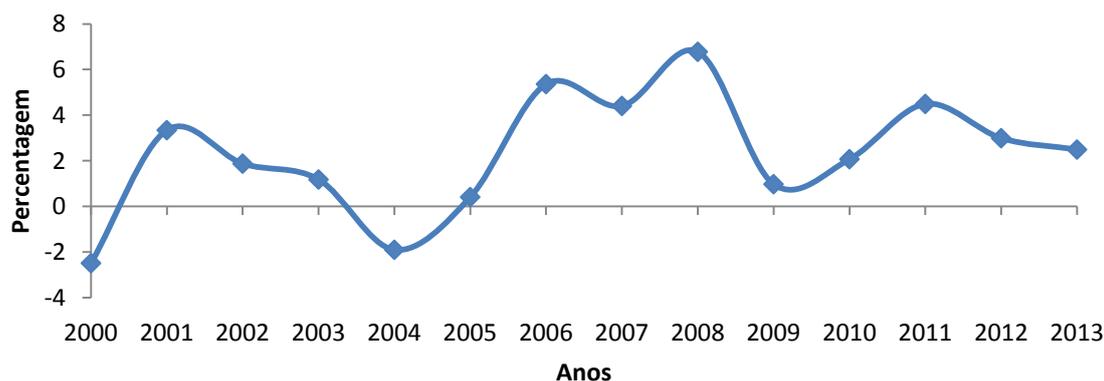


Fonte: Elaboração própria, com dados da EIU DataServices

Pode-se ver que a atividade económica nacional, medida pelo crescimento do PIB real, registou o pico mais alto no ano 2006. Houve uma desaceleração no seu ritmo de crescimento de 6,7% em 2007 para 5,9% em 2008. No ano seguinte registou-se o menor crescimento do PIB no período analisado. O abrandamento no ritmo de crescimento da atividade económica deveu-se a contração da procura interna, associada a uma forte desaceleração do consumo privado e à redução do investimento privado, não obstante o contributo positivo da procura externa líquida, em consequência da redução das importações. A economia cabo-verdiana evoluiu favoravelmente em 2010, apontando para um crescimento real de 5,6%, devido principalmente à evolução do consumo privado e do investimento público que foi determinante para a recuperação da atividade económica. O ritmo de crescimento da economia cabo-verdiana abrandou dos 5,6% estimados para 2010 para 5,1% no ano 2011, isto porque, a economia nacional mostrou-se bastante resiliente à crise financeira do maior parceiro do país- a Zona Euro.

Segundo o BCV (2012a: p.13), “a economia cabo-verdiana tem sido contagiada pela crise europeia, via, em primeiro lugar, redução dos influxos do investimento direto estrangeiro (desde 2009), através da redução das exportações de mercadorias, ajuda pública ao desenvolvimento e desaceleração das remessas dos emigrantes para apoio familiar. A redução destas importantes fontes de financiamento da economia cabo-verdiana condicionou o crescimento económico, que tem permanecido fraco desde 2009”.

Gráfico 5-Taxa de inflação, expressa em percentagem



Fonte: Elaboração própria, com dados EIU DataServices

A inflação, medida pela taxa de variação média anual do índice de preços no consumidor, atingiu no final do ano 2006 o valor de 5,4% apresentando uma tendência marcadamente ascendente ao longo desse ano. No ano seguinte houve um ligeiro abrandamento, atingindo no final do ano os 4,5%. No ano 2008 obteve-se o maior pico da inflação no período analisado, atingindo os 6,8%. A inflação teve uma tendência decrescente durante o ano 2009 e a partir daí houve uma aceleração até ao ano 2011, atingindo 4,5%. Registou-se uma tendência de abrandamento a partir do ano 2012 e no final do ano 2013 a inflação fixou-se nos 2,5 %.

Desta forma, vê-se claramente que a atual crise financeira têm tido um impacto negativo na economia cabo-verdiana, com consequências esperadas no sector bancário.

Capítulo III- O desempenho dos bancos comerciais e os determinantes da rentabilidade: Revisão da literatura

O processo de globalização e de abertura dos mercados fez com que as empresas sofressem alterações para se adaptarem a nova realidade. Neste contexto, a competitividade e a gestão eficiente dos recursos são fatores importantes, e a avaliação do desempenho torna-se imprescindível.

Uma instituição financeira é plenamente eficiente, se o mix de output (bens e serviços) produzido maximiza o rendimento e minimiza os custos. Cada vez mais os bancos procuram adotar formas que lhes permitam maximizar os seus recursos tanto monetários, como técnicos e humanos. Quando se deparam com uma baixa rentabilidade, eles fazem de tudo para colmatar esse problema. Optam por vários meios, apostando em novas atividades com o objetivo de obter maiores lucros e por vezes acabam com certas atividades caso concluam que não são rentáveis.

A avaliação do desempenho empresarial de uma empresa tem como objetivo identificar os reflexos das decisões no âmbito administrativo. Os indicadores da rentabilidade expressam a atratividade dos investimentos. De acordo com Gitman (2004) e Neto (2010), na análise do desempenho empresarial podem-se adotar diferentes caminhos, em função das perspectivas das empresas, mas há um consenso teórico de que as empresas devem versar sempre pela maximização da riqueza dos investidores.

Para Caiado (2006: 168), “a rentabilidade das instituições financeiras, pode ser entendida como o rendimento que se obtém através da aplicação dos fundos obtidos durante um determinado período de tempo”.

A rentabilidade dos bancos tem uma relação com os ativos da empresa, estas instituições procuram aumentar o spread entre as taxas de aplicação e de captação de recursos, aplicando taxas mais elevadas que aquelas pagas nas suas operações passivas. Os bancos procuram controlar os custos de operações adquirindo fundos, buscando do lado do ativo novas aplicações.

De acordo com Minsky (1986), os bancos, movidos pelo processo de concorrência bancária e buscando maiores lucros, procuram aumentar a sua escala de operação e elevar o spread bancário utilizando duas estratégias. Uma delas consiste na elevação do lucro líquido por unidade monetário do ativo e a outra resume-se ao aumento na relação entre ativo e capital próprio do banco (alavancagem).

Segundo Benedicto e Padoveze (2004:102), “a rentabilidade resulta das operações da empresa em determinado período, desta forma, envolve todos os elementos operacionais, económicos e financeiros do empreendimento”.

Existe uma vasta literatura de investigação empírica da rentabilidade dos bancos, que abrange mercados bancários de diferentes países e períodos de tempo. Os estudos pioneiros foram apresentados por Short (1979) e Bourke (1989) e alguns mais recentes incluem os de Chen e Liao (2011) e Lee e Hsieh (2013).

3.1- Relevância da rentabilidade dos bancos

A rentabilidade tem um papel importante na avaliação do desempenho da atividade de uma empresa. Ela é uma das variáveis principais para a compreensão do comportamento dos bancos.

De acordo com Athanasoglou, Brissimis e Delis (2008), a importância do desempenho das instituições bancárias vai além do âmbito das decisões internas, relaciona-se também com a solidez do sistema financeiro agregado. A importância do sistema financeiro para o investimento e crescimento econômico torna o estudo dos determinantes da rentabilidade interessante para pesquisadores, administradores bancários, mercado financeiro e autoridades supervisoras.

Segundo García-Herrero, Gavilá e Santabárbara (2009), a importância da rentabilidade está relacionada com o âmbito interno do banco e com o âmbito externo do sistema financeiro do qual faz parte. No âmbito interno, a rentabilidade é uma variável fundamental por ser o principal objeto de maximização dessas instituições. Investigar os determinantes que explicam o comportamento da rentabilidade dos bancos é uma maneira de compreender as reações e decisões deles perante as variações do ambiente interno ou externo. Esta variável reflete as estratégias competitivas e a eficiência da gestão de riscos dos bancos.

Tendo em conta o sistema bancário como um todo, a rentabilidade dos bancos é um indicador da eficiência do sistema de intermediação financeira de uma economia. Há evidência empírica de que a rentabilidade dos bancos é um importante indicador de crises financeiras (Demirguc e Huizinga, 1999).

A elevada rentabilidade pode ser sinal de um mercado financeiro concentrado enquanto uma baixa rentabilidade pode apontar para baixa atratividade do setor e possível carência deste tipo de serviço dentro da economia. As instituições bancárias com maiores rentabilidades encontram-se em melhores condições para desempenharem de forma mais eficiente a sua função, de acordo com García-Herrero, Gavilá e Santabárbara (2009). Para Dietrich e Wanzenried (2011), um sistema bancário rentável pode contribuir significativamente para a estabilidade do sistema financeiro.

As flutuações na rentabilidade podem afetar a quantidade de crédito na economia, influenciando o consumo e o investimento, de acordo com Heuvel (2002). As condições económicas que favoreçam a rentabilidade do sistema bancário contribuem para a estabilidade do sistema financeiro ao torná-la mais resistente a choques externos (Athanasoglou; Brissimis; Delis, 2008). Há uma relação importante entre as flutuações económicas e a rentabilidade do setor bancário. Perceber esta relação torna-se importante para a avaliação da estabilidade e solidez do sistema financeiro (Albertazzi e Gambacorta, 2009).

3.2- As variáveis da rentabilidade e os seus determinantes

A literatura empírica que estuda os determinantes da rentabilidade dos bancos é ampla e diversificada. Depois dos trabalhos de Short (1979) e Bourke (1989), foram realizados vários estudos recentes que se diferenciam principalmente pela metodologia de análise. Autores como Dietrich e Wanzenried (2011) e García-Herrero, Gavilá e Santabárbara (2009) focaram os seus estudos empíricos nas instituições bancárias de um mesmo país (casos da Suécia e China, respetivamente), enquanto Micco, Panizza e Yanez (2007) e

Lee e Hsieh (2013), generalizaram resultados ao utilizarem informações bancárias de diversos países de forma simultânea. A diversidade geográfica e temporal pode conduzir a resultados diferentes, mas é possível encontrar características comuns nessa literatura.

Para Athanasoglou, Brissimis e Delis (2008), o modelo tradicional e mais geral da rentabilidade bancária classifica os determinantes em três grupos, sendo eles: variáveis específicas dos bancos (medidas de eficiência, capital, risco, crescimento e controlo de capital), variáveis macroeconômicas (características conjunturais da economia às quais todos os bancos estão sob influência), e variáveis referentes à organização industrial do setor bancário (medidas de poder de mercado e concentração).

As variáveis específicas dos bancos estão relacionadas com as características individuais das instituições bancárias. São determinantes que dizem respeito às receitas (receitas originadas de diferentes serviços prestados), às despesas (despesas com captação, intermediação financeira, custos administrativos), ao capital (origem, valor) e aos riscos inerentes envolvidos nas suas atividades (designadamente medidas para riscos de crédito e de liquidez).

O grupo dos determinantes macroeconômicos abrange as variáveis agregadas da economia, representando nomeadamente o crescimento da produção, a taxa de inflação, a taxa de juros e a taxa de câmbio.

As variáveis relacionadas com o sistema bancário buscam identificar os efeitos da concentração de mercado medidos por índices como o Índice de Herfindahl–Hirschman (IHH) e o Índice de Concentração (CR) sobre a rentabilidade das instituições que o compõem. Nas secções seguintes analisam-se em mais pormenor cada um destes determinantes.

3.2.1- Variáveis específicas dos bancos (fatores internos)

As variáveis específicas dos bancos são consideradas determinantes internos e específicos dos bancos por estarem sob o controlo da gestão dos seus administradores. O objetivo dos gestores bancários consiste basicamente em gerar lucro ao obter rendimentos da forma mais eficiente. Essas variáveis estão, de acordo com Ommeren (2011) relacionadas com os rendimentos, a eficiência (gestão dos custos operacionais), os riscos e o financiamento (alavancagem). As variáveis mais estudadas correspondem à dimensão do banco (representada pelo total de ativos), à capitalização (medida pela razão patrimônio líquido sobre total de ativos - PLA), a custos administrativos, a liquidez e a qualidade dos créditos.

Dimensão dos Bancos: a determinação da dimensão ou escala do banco que otimiza a sua rentabilidade é uma questão estratégica importante para Athanasoglou, Brissimis e Delis (2008). A hipótese colocada é a de que o aumento da escala seja positivo para a rentabilidade até um certo ponto, quando passam a atuar os efeitos negativos dos custos burocráticos, do problema de agência e de outras ineficiências operacionais quando se lida com grandes empresas.

O efeito inicial positivo da dimensão do banco deve-se ao fato de bancos maiores terem economias de escala e a vantagem da diversificação de seus produtos e empréstimos, reduzindo os seus riscos e aumentando possivelmente a eficiência operacional, segundo

Dietrich e Wanzenreid (2011). A relação dessa variável com a rentabilidade é não linear, podendo ser representada pelo logaritmo natural do seu total de ativos e o quadrado dessa medida (para a captação da não linearidade). Uma outra forma de medir o efeito dessa variável é incluir dummies para categorias de dimensão, conforme Dietrich e Wanzenreid (2011).

Na literatura, a evidência empírica aponta tanto para a ocorrência de economias de escala (Pasiouras e Kosmidou, 2007), como deseconomias de escala (Dietrich e Wanzenried, 2011 e Micco, Panizza e Yanez, 2007) e para efeitos não significativos (Athanasoglou, Brissimis e Delis, 2008).

Capitalização: a medida tradicionalmente utilizada para medir a capitalização é dada pela razão entre os capitais próprios e os ativos. Essa razão mede a proporção dos ativos dos bancos financiados pelos fundos dos proprietários e sócios e serve como proxy para a adequação de capital do banco ao estimar a sua habilidade de absorver perdas, segundo Ommeren (2011).

A maioria dos trabalhos empíricos encontra uma correlação positiva e significativa entre um nível maior de capitalização e a rentabilidade (Dietrich e Wanzenried, 2011, Goddard et al., 2011 e García-Herrero, Gavilá e Santabárbara, 2009). O argumento explicativo consiste na hipótese da sinalização e do custo de falência em que bancos com maior capital tendem a incorrer em menos custos de financiamento devido a essa característica criar expectativas positivas quanto à sua estabilidade (Berger, 1995).

Embora não exista muita evidência empírica na literatura, uma outra hipótese defende uma relação oposta entre capitalização e rentabilidade. Essa relação seria explicada pela relação risco e retorno quando uma maior alavancagem (menor razão PLA) representaria maior risco, elevando o rendimento esperado (Ommeren, 2011).

Financiamento: os depósitos que são normalmente utilizados divididos pelo total de ativos ou divididos pelo total de financiamentos é considerada outra fonte de financiamento externo, além do financiamento pelo capital próprio. Espera-se uma relação positiva entre essas razões com a rentabilidade pelo fato dos depósitos serem uma fonte de fundos mais estável e barata, de acordo com García-Herrero, Gavilá e Santabárbara, 2009).

Qualidade do Crédito: na literatura, para medir o efeito desse fator de risco das atividades bancárias utilizam-se variáveis ligadas à medição da qualidade dos créditos concedidos pela instituição. Utiliza-se diretamente a razão de ativos em incumprimento sobre o total de empréstimos (García-Herrero, Gavilá e Santabárbara, 2009) ou em alternativa uma proxy popular que é a razão entre a provisão para incumprimento e o total de empréstimos concedidos (Dietrich e Wanzenried, 2011, Athanasoglou, Brissimis e Delis, 2008 e Pasiouras; Kosmidou, 2007).

Risco de Liquidez: Existem duas hipóteses para a análise do seu efeito sobre a rentabilidade. A primeira é a hipótese do risco retorno, onde quanto maior o risco de liquidez, maior será o retorno esperado e há evidências empíricas para essa relação positiva (Pasiouras; Kosmidou, 2007). Também, um aumento na concessão de empréstimos pode significar um aumento da atividade e por conseguinte dos lucros.

Eficiência Operacional: Para considerar o efeito dessa variável sobre a rentabilidade, utilizam-se medidas relacionadas com os custos administrativos (Demirguc e Huizinga, 1999). Uma medida mais popular e precisa para medir a eficiência é a razão entre o custo operacional (custos administrativos, despesas com pessoal e infraestrutura) e a receita antes das provisões.

Espera-se uma relação positiva entre a eficiência e a rentabilidade, ou seja, uma relação desta última negativa com a razão custo receita, com evidência empírica na literatura (Dietrich e Wanzenried, 2011, Athanasoglou, Brissimis e Delis, 2008 e Pasiouras e Kosmidou, 2007).

3.2.2- Variáveis macroeconômicas (fatores externos)

As variáveis macroeconômicas são consideradas determinantes externos da rentabilidade, porque estas não estão sob o controle dos bancos. As principais variáveis utilizadas medem a taxa de crescimento econômico, a taxa de inflação e a taxa de juros básica.

Crescimento Económico: A variável utilizada para medir o crescimento econômico e servir de proxy para os ciclos econômicos é a variação real do Produto Interno Bruto (PIB). A hipótese é que as fases do ciclo econômico influenciam a rentabilidade procíclicamente pelo canal de empréstimos (Demirguc e Huizinga, 1999). Em momentos de crescimento econômico, a procura por empréstimos aumenta, favorecendo a rentabilidade. Em momentos de recessão econômica, a procura por empréstimos diminui e o risco de crédito eleva-se devido a maior volatilidade e incerteza do mercado de acordo com Dietrich e Wanzenried (2011) e Athanasoglou, Brissimis e Delis (2008). Entre alguns estudos empíricos estão os de Bolt et al., (2012) e Albertazzi e Gambacorta (2009).

Bolt et al. (2012) estudaram como a rentabilidade dos bancos reage nos períodos de recessão e encontraram um efeito maior do que o normalmente relatado na literatura. Utilizando dados de bancos de vários países, o artigo conclui que a rentabilidade dos bancos é pró-cíclica com o desempenho da economia e que esse movimento coordenado é especialmente forte durante períodos mais graves de recessão. Concluíram também que, entre os diferentes determinantes da rentabilidade, os empréstimos inadimplentes são os maiores causadores dessa relação pró-cíclica nas fases de recessão. Albertazzi e Gambacorta (2009), encontraram resultados que servem de suporte à ideia de que a rentabilidade dos bancos possui um comportamento pró-cíclico.

Taxa básica de Juros: Essa variável macroeconômica é essencial para as atividades bancárias. Quando ocorrem mudanças da taxa de juros de mercado, em geral decorrentes de estratégias de políticas monetárias, esperam-se alterações tanto do lado do ativo quanto do lado do passivo no balanço dos bancos. É essa característica que torna controverso o efeito da taxa de juros sobre os lucros dos bancos. A diferença entre a maturidade média dos passivos e ativos bancários é o principal responsável por determinar se haverá aumento ou queda dos lucros segundo Flannery (1980). Para este autor, com uma carteira de ativos e passivos com iguais prazos de maturidade e de valores semelhantes, uma elevada taxa de juros não levaria a alterações significantes da rentabilidade do banco. Uma maturidade dos ativos menor que a dos passivos, por exemplo, leva a efeitos positivos sobre o lucro.

Na literatura, os estudos empíricos constataram uma relação positiva entre as taxas básicas de juros elevadas e a rentabilidade, principalmente em países em desenvolvimento (Demirguc e Huizinga, 1999). De acordo com García –Herrero, Gavilá e Santabárbara (2009), esse resultado pode refletir o fato de que nesses países paga-se uma taxa mínima ou inferior às taxas de mercado para depósitos.

Taxa de Inflação: Bourke (1989) constatou a existência de uma relação positiva entre a inflação e a rentabilidade, justificada pela vantagem que o banco tira das flutuações dos preços. Demirguc e Huizinga (1999) argumentam que períodos de alta inflação favorecem a rentabilidade porque os clientes dos bancos tendem a realizar um número maior de transações. Contudo, Albertazzi e Gambacorta (2009) não encontram uma relação significativa da inflação com a rentabilidade, um resultado justificado pelo efeito positivo da inflação sobre as receitas líquidas não provenientes de juros serem compensados pelos efeitos negativos da inflação sobre as provisões e custos operacionais.

Tarifa Tributária: O interesse da análise desse efeito é estudar o quanto da carga tributária do banco é transferido para as tarifas dos serviços oferecidos de acordo com Demirguc e Huizinga (1999). Os resultados encontrados evidenciam uma transferência significativa dessa carga para os clientes da instituição, isto é, uma relação negativa entre essa variável e a rentabilidade. Para medir a influência do regime tributário sobre a rentabilidade dos bancos, é comum o uso da razão entre despesas com impostos e o lucro antes do imposto (Dietrich e Wanzenried, 2011).

Outras variáveis macroeconômicas estudadas incluem a taxa de crescimento populacional, que pode aumentar a rentabilidade por ser uma proxy para o aumento do mercado de consumidores dos serviços bancários ou diminuir a rentabilidade com a atração das empresas concorrentes devido a esse aumento do mercado (Dietrich e Wanzenried, 2011). Outra variável utilizada é o grau da importância do mercado de ações. Essa variável pode afetar a rentabilidade positivamente pelo fato dos bancos oferecerem serviços de gestão de carteiras de ações ou negativamente pelo mercado das ações ser de certa forma substituto do serviço de intermediação oferecido pelas instituições bancárias. Albertazzi e Gambacorta (2009) encontram evidência empírica para uma relação positiva entre essa variável e a rentabilidade.

3.2.3 - Variáveis referentes à organização industrial do setor bancário

Com disse anteriormente, as variáveis relacionadas com o sistema bancário têm como objetivo identificar os efeitos da concentração de mercado medidos por índices como o Índice de Herfindahl–Hirschman (IHH) e o Índice/Razão de Concentração (CR). O grau da concentração no sector bancário é examinado com frequência.

Razão de concentração (CR)

O índice CR refere-se à concentração da participação das empresas em um mercado. Através deste índice é possível verificar quantas empresas dominam o mercado de um determinado produto. Ordenam-se as empresas, de maior para a menor participação, e faz-se a soma das participações das k maiores empresas.

$$CR_k = \sum_{i=1}^k s_i,$$

Onde k representa o limite superior do número de empresas consideradas na soma. Sendo assim, se $k=4$, seriam somadas as participações das 4 maiores empresas do mercado, se $k=8$, seriam as oito maiores e assim por diante.

A parcela de mercado consiste na fração de mercado que cabe à empresa:

$$s_i = \frac{q_i}{\sum_{j=1}^n q_j}$$

Em que s_t é a parcela de mercado da empresa i , q_t representa a faturação da empresa anualmente e $\sum_{j=1}^n q_j$ é a de todas n empresas do mercado.

Segundo Marques (1994), é comum utilizar este indicador para as quatro, oito e dezasseis maiores empresas, embora se possam utilizar outras variações, consoante o objetivo da pesquisa.

Resende e Boff (2002) fazem algumas críticas ao índice CR, principalmente por não existir individualização das k maiores e, deste modo, não é possível identificar aumentos na concentração quando empresas que estão neste grupo se fundem. Mesmo entre empresas que não pertencem ao grupo das k maiores podem ocorrer fusões horizontais que afetam a concentração do mercado, mas não são detetadas por este índice.

Índice de Hirschman-Herfindahl (IHH)

Para superar as limitações dos índices existentes foi desenvolvido o índice de Herfindahl- Hirschman. O IHH é o índice de concentração mais popular calculado pela soma dos quadrados dos market shares (s_i) de todos os n bancos do sistema.

De acordo com Resende e Boff (2002), quanto maior for o valor do índice, maior será o nível de concentração do mercado. Os valores de intervalo deste índice variam de 0 a 10.000, quando calculado com percentuais, ou de 0 a 1, quando se utilizam números índices. O cálculo do índice com percentuais é mais intuitivo, porque as grandezas de valores envolvidos são maiores.

$$IHH = \sum_{i=1}^n s_i^2, \text{ onde } \sum_{i=1}^n s_i = 1$$

O limite superior, 10.000 ou 1, está sempre associado ao grau máximo de concentração de um mercado, o monopólio (Resende e Boff, 2002).

A vantagem do uso desse índice está na inclusão de todos os bancos sem deixar de ter em conta as desigualdades da quota entre os bancos. Quanto menos firmas tiverem o sistema (menor o n) e quanto mais o controle estiver nas mãos de um número pequeno de firmas, maior o índice (Chen e Liao, 2011).

3.3- Variáveis da rentabilidade (principais indicadores)

Na análise da rentabilidade, tem-se o objetivo de verificar a capacidade dos bancos em gerar fundos que satisfaçam os níveis de retornos desejados pelos investidores e garantir o reinvestimento para a sustentabilidade da atividade ao longo do tempo. A rentabilidade é considerada uma variável dependente do modelo e pode ser calculada utilizando diferentes medidas.

Na literatura há várias medidas da rentabilidade dos bancos, categorizadas em duas classes, sendo elas medidas de contabilidade e medidas económicas. Da mesma forma que há conceitos diferentes de amortização (tanto económica como contabilística), o mesmo acontece com os lucros.

De acordo com as definições de lucro em termos económico e contabilístico, pode-se dividir a forma da determinação da rentabilidade das empresas (neste caso, dos bancos) em dois grupos, sendo elas as medidas em termos contabilístico e as medidas em termos económico conforme (Ommeren, 2011).

O lucro económico refere-se aos incrementos do valor presente do património líquido da empresa, isto é, o lucro deriva do aumento do património líquido. Desta forma, os riscos e os custos de oportunidade do capital próprio de um banco passam a ser variáveis de análise importantes para a definição de lucro económico (Kimball, 1998). Stewart (2003) defende que o lucro económico corrige as distorções do lucro contabilístico, porque incorpora o custo de oportunidade. Importa referir que na economia o lucro económico é o termo usado nas previsões e tendências para o futuro, igualmente usado nas tomadas de decisões económicas (Fuji, 2004).

As medidas de lucro económico referem-se ao Retorno Ajustado ao Risco do Capital (Risk-adjusted return on capital), ao Valor Económico Adicionado (Economic Value Added), ao Índice Preço-Lucro (razão entre o preço por ação e o lucro por ação) e ao Índice Valor de mercado. As duas primeiras medidas possuem vantagens em relação às medidas de lucro contabilístico porque leva em conta os riscos e o custo de oportunidade do capital. Com base nessas medidas, os bancos investem o capital próprio apenas se a taxa marginal de retorno do património líquido for maior que o custo de oportunidade do capital. O que o diferencia da medida contabilística é que baseada nesta última, investe-se no capital próprio desde que a contribuição marginal do património líquido for positivo (Kimball, 1998).

Contudo, as medidas com base no lucro económico possuem desvantagens e uma delas deve-se à dificuldade em obter informações para o seu cálculo, uma vez que, depende de variáveis incertas e de certa forma subjetivas (riscos e custo de oportunidade). Outra desvantagem, apontada por Ommeren (2011) refere as medidas baseadas no valor de mercado, dado que podem ser distorcidas por causa dos requerimentos de regulação. Existindo estas desvantagens, geralmente utilizam-se as medidas contabilísticas na determinação da rentabilidade.

O lucro contabilístico das empresas é uma variável que opõe as receitas recebidas aos custos incorridos pela instituição. Na definição de lucro estão presentes apenas os custos explícitos e os ativos expirados. Os ativos são avaliados de acordo com seus custos originais. As variações nos preços dos bens não afetam esta medida e o património líquido eleva-se com o aumento deste lucro (Fuji, 2004).

Algumas medidas contabilísticas apresentadas pela literatura para determinar a rentabilidade bancária são: o Retorno sobre os ativos (ROA - Return on Assets), utilizada por Goddard et al. (2004), o Retorno dos Capitais Próprios (ROE - Return on Equity), empregue por Athanasoglou et al. (2008) e a Margem Financeira Líquida (NIM - Net interest Margin) usada, entre outros, por Demirguc e Huizinga (1999).

3.3.1- Rentabilidade sobre os ativos- Return on assets (ROA)

O ROA é uma das medidas de rendimento financeiro mais utilizada na literatura para determinar a rentabilidade dos bancos. O ROA é calculado pela razão entre o resultado líquido e o total de ativos. Em alguns estudos utiliza-se o total de ativos médios (ROAA - Return on Average Assets) no denominador. Nos estudos mais atuais sobre os bancos, esta é a medida mais utilizada como determinante da rentabilidade destas instituições.

Esta medida é apontada como indicador de eficiência e desempenho operacional, uma vez que representa a capacidade do banco em gerar retorno investido em ativos (Pasiouras, Kosmidou, 2007). Segundo Matarazzo (2003: 420), “os maiores interessados em conhecer a taxa de retorno, além da gerência da empresa, são os investidores de longo prazo e os acionistas”.

Na literatura dos determinantes da rentabilidade bancária, alguns dos estudos que utilizaram esta medida são os de Pasiouras e Kosmidou (2007), Athanasoglou, Brissimis e Delis (2008), García-Herrero, Gavilá e Santabárbara (2009), Dietrich e Wanzenried (2011) e o de Ommeren (2011).

3.3.2- Rentabilidade dos capitais próprios- Return on equity (ROE)

Juntamente com o ROA, o ROE é outra das mais comuns medidas de desempenho financeiro dos bancos, medindo a capacidade de gerar a rentabilidade, mostrando a capacidade da empresa em poder aplicar em investimentos para aumentar as suas capacidades e recursos internos de forma a incrementar os seus resultados financeiros.

O ROE é calculado pela razão entre o resultado líquido e o capital próprio da empresa, é um dos indicadores do desempenho mais aplicados tanto nos bancos como em outras empresas. Ela revela o retorno para acionistas e sócios. Para o caso das atividades bancárias, essa medida possui uma desvantagem importante que está relacionada a sua desconsideração da alavancagem financeira e do impacto das restrições de capitais impostas pela regulação (Athanasoglou, Brissimis e Delis, 2008). Um ROE elevado pode ser sinal de rentabilidade elevada ou pode ser consequência de um grau elevado de alavancagem (Ommeren, 2011).

Os índices da rentabilidade, ROA e ROE são os mais utilizados pelos bancos para medir a sua rentabilidade segundo Atlanta Federal Reserve (1996). De acordo com este estudo, apesar de existirem outros indicadores de desempenho, o ROE e ROA são amplamente utilizados e aceites no mundo financeiro para avaliação e comparação de desempenho dos bancos, independentemente do país de atuação.

Estes indicadores expressam de forma objetiva o retorno gerado para os investidores dos ativos da empresa, ou seja, mostram a capacidade da empresa em gerar lucros (ROA) e a capacidade de remuneração ao acionista (ROE), sendo a indicador ROA

considerado chave. Isso devido também à facilidade de obtenção destes dados e à vantagem relativa do ROA em relação às demais variáveis (leva em conta as principais atividades de rendimento bancário e não tem problemas na interpretação devido a questões de alavancagem).

3.4- Dados e técnicas de estimação econométrica

Nesta secção falar-se-á das técnicas de estimação econométricas e dos dados utilizados na literatura.

3.4.1- Dados

Na literatura empírica dos determinantes da rentabilidade bancária, a amostra utilizada é representada habitualmente em dados de painel. Esses dados são compostos por duas dimensões, sendo elas o conjunto dos elementos transversais e o conjunto dos elementos de série temporal. O conjunto dos elementos transversais é formado pelos N indivíduos (nesse caso, os bancos) da amostra que são acompanhados e observados ao longo dos T períodos componentes da segunda dimensão.

Os dados de painel têm algumas vantagens, de acordo com Hsiao (2003) o painel fornece um grande número de dados e quanto maior for a sua informação aumenta o número de graus de liberdade, reduzindo a multicolinearidade entre as variáveis possibilitando maior eficiência dos estimadores econométricos; há o controlo pela heterogeneidade dos indivíduos (mais fácil controlo dos efeitos de uma variável omitida ou não observada) e é mais fácil fazer inferências sobre mudanças dinâmicas.

Conforme a composição da amostra, é possível classificar os estudos desta literatura em dois grupos: os que ampliam a investigação para bancos de diversos países e os que investigam bancos especificamente de um país. De todos os trabalhos, dos que ampliam a investigação para bancos de diversos países, pode-se citar o de Demirguc e Huizinga (1999) que estudaram bancos de 80 países entre 1988 à 1995, Chen e Liao (2011) com dados de 70 países entre 1992 e 2006 e Micco, Panizza e Yanez (2007) com uma base de dados contendo informações de 179 países entre 1995 à 2002. Estudos desta categoria focam-se normalmente em grupos de países de determinado continente como é o caso do de Lee e Hsieh (2013) que estudam países asiáticos entre 1994 e 2008 e Goddard et al. (2011) que trabalharam com países europeus.

Dos estudos que investigam bancos especificamente de um país, pode-se mencionar os de Dietrich e Wanzenried (2011), que focam o sistema bancário suíço, García-Herrero, Gavilá e Santabárbara (2009) que analisam as instituições bancárias chinesas e Hirtle e Stiroh (2007), que se referem ao mercado dos Estados Unidos.

Neste trabalho, para analisar os determinantes da rentabilidade bancária em Cabo Verde, foram selecionados dados dos quatro maiores bancos (BCA, CECV, BI e BCN) no período do ano 2005 à 2013. A razão para esta escolha foi, por um lado, o facto de alguns bancos não terem disponíveis os relatórios e contas para todos os anos e, por outro lado, o facto de muitos dos outros bancos a operar em Cabo Verde terem iniciado a sua atividade muito recentemente. Estas quatro instituições têm sido contudo as de

maior dimensão, pelo que são claramente representativas do sector bancário cabo-verdiano.

Os dados utilizados para a análise empírica foram recolhidos dos relatórios e contas anuais de cada banco. Para a variável da concentração bancária (índice IHH) foi utilizada como fonte o sítio do BCV. Os indicadores macroeconómicos utilizados foram extraídos da base de dados EIU DataServices. Serão utilizados dados em painel estático neste trabalho.

3.4.2- Técnicas de estimação econométrica

A metodologia é relevante nos trabalhos empíricos e não só. Aqui, falar-se-á da base de dados e do método econométrico mais adequado para a estimação da rentabilidade. A revisão da literatura empírica dos determinantes da rentabilidade bancária mostra-nos diferenças de abordagem relativamente por exemplo às técnicas de estimação econométrica utilizadas. Alguns investigadores trabalharam com dados de painel estático (Modelo sem a inclusão de lags da variável dependente para a explicação do valor da dependente no presente). Nestes casos, foram utilizados os métodos de estimação com efeitos fixos (Micco, Panizza e Yanez, 2007, Hirtle e Stiroh, 2007) ou de efeitos aleatórios (Chen e Liao, 2011), utilizando variáveis instrumentais para resolver os problemas de endogeneidade.

Nesta dissertação, o método de estimação utilizado será o de dados de painel com efeitos aleatórios, uma vez, que são mais adequados às características dos dados, com relativamente pequeno número de observações, e com variáveis comuns a todos os bancos (macroeconómicas e do sector bancário). Não foram utilizados dados com efeitos fixos porque isso eliminaria estas últimas variáveis.

Contudo, há que salientar que o método mais usado na literatura empírica é o da estimação com o estimador GMM para painel dinâmico, proposto por Arellano e Bond (1991). Entre estes podemos mencionar Athanasoglou, Brissimis e Delis (2008), García-Herrero, Gavilá e Santabárbara (2009), Albertazzi e Gambacorta (2009) e Lee e Hsieh (2013). Muitos destes estudos utilizam dados para sistemas bancários com um elevado número de bancos, ou com bancos de diversos países, o que permite um muito maior número de graus de liberdade na estimação do modelo.

Capítulo IV. Os determinantes da rentabilidade dos bancos comerciais em Cabo Verde

O sistema financeiro cabo-verdiano, tem como base de suporte a banca comercial, visto que é a banca comercial que domina todo o mercado financeiro quer diretamente como através das instituições onde detém participação.

Segundo BCV (2013b: p.5) “ a redução da rentabilidade do setor bancário traduziu-se no agravamento dos riscos à estabilidade financeira, não obstante o aumento da liquidez do sistema.”

4.1- Definição das variáveis

Um dos objetivos deste trabalho é a determinação dos determinantes da rentabilidade bancária (RENT). E para tal, temos de usar algumas variáveis para a sua determinação. De acordo com a literatura, pode ser usado o retorno dos ativos (ROA), o retorno dos capitais próprios (ROE) e a margem financeira líquida (NIM) como já havia sido referido antes na secção 3.3. Na análise empírica será utilizada estas três medidas em alternativa para cada banco ao longo do período da análise.

ROA é uma das medidas mais comuns utilizadas na literatura para determinar a rentabilidade dos bancos. Ela é definida pela razão do lucro líquido sobre total de ativos. Golin (2001), diz que ROA tem emergido como a razão fundamental para a avaliação da rentabilidade dos bancos e tornou-se a medida mais comum de rentabilidade dos bancos na literatura empírica.

ROE é definida pela razão do lucro líquido sobre capitais próprios. Dietrich e Wanzenried (2011), defendem a opinião de que os bancos com o rácio de alavancagem menor normalmente têm ROA superior e ROE menor.

NIM refere-se aos lucros obtidos nas atividades da empresa. Ela é a base do lucro das instituições de crédito, incide sobre o lucro obtido em empréstimos, investimentos e atividades de financiamento. A margem financeira consiste na diferença entre as receitas de juros, geradas pelas aplicações, e as despesas de juros, geradas pelas captações, ou seja, é o resultado da receita financeira deduzida da despesa financeira de um determinado produto financeiro.

Neste trabalho serão utilizadas onze variáveis independentes, entre variáveis macroeconómicas, variáveis específicas da indústria bancária e variáveis específicas dos bancos. Abaixo indicamos as variáveis recolhidas e utilizadas na estimação do modelo, relembrando a sua definição e relação esperada com a rentabilidade.

4.1.1- Variáveis macroeconómicas

Crescimento económico (CE): esta variável é medida pelo produto interno bruto (PIB) real de um país. O PIB varia ao longo do tempo e não pode ser controlado pelos bancos. Staikouras e Wood (2003), encontraram evidências de um impacto negativo entre o crescimento de PIB e a rentabilidade bancária.

Inflação (INF): refere-se ao nível geral dos preços, é medido pela taxa anual da inflação de um país. Bourke (1989), revela uma relação positiva entre inflação e a

rentabilidade. Contudo, os autores Demirguc e Huizinga (1999), sugerem que nos países em desenvolvimento, os bancos com capital elevado tendem a ser menos rentáveis em ambientes inflacionários.

4.1.2- Variáveis específicas da indústria bancária

Índice de Hirshman e Herfindahl (IHH): é uma medida frequentemente utilizada para avaliar/medir a concentração da indústria bancária, varia de 1 a 10000 pontos. Aqui, mede a concentração bancária das duas maiores instituições bancárias em Cabo Verde. Bourke (1989), fornece evidência de que a concentração da indústria bancária tem um impacto positivo no desempenho bancário, ou seja, há uma relação positiva e significativa entre a concentração bancária e a rentabilidade dos bancos.

Dimensão do sistema bancário (DSB): indica a importância do financiamento bancário na economia. É medida pelo somatório dos ativos de todos os bancos sobre o PIB nominal. Demirguc e Huizinga (1999), nos estudos que fizeram sobre a rentabilidade de bancos de oitenta países no período 1988-1995, fornecem evidência de que sistemas de bancos com pequenas dimensões permitem elevadas margens e lucros.

4.1.3- Variáveis específicas dos bancos

Dimensão (Dim): esta variável é obtida através do logaritmo natural dos ativos dos bancos. Para Dietrich e Wanzenried (2011), e Demirguc e Huizinga, (1999), a dimensão do banco deve ser positivamente associado ao seu desempenho. Sinkey (1991) conclui que os bancos maiores são mais rentáveis do que os menores.

Cost-to-income (CTI): determina a eficiência operacional dos bancos, é calculado pelo total das despesas operacionais sobre o total das receitas geradas. Segundo Neves et al., (2007), o índice de eficiência permite avaliar a função básica de intermediação financeira dos bancos, sendo formado pelos resultados de gestão de seus ativos e passivos. Quanto menor o índice, melhor para a instituição financeira. Athanasoglou et al., (2008) defendem que há uma relação negativa entre esta variável e a rentabilidade dos bancos.

Qualidade do crédito (QC): é a razão de créditos vencidos sobre créditos a clientes. A avaliação do risco de crédito de uma instituição bancária requer o conhecimento da qualidade da sua carteira de crédito. A gestão da carteira de crédito é muito complexa quando a realidade económica é desfavorável, desta forma são momentos que se exigem competências de quem faz a análise de forma a promover um equilíbrio entre o risco e o retorno envolvido na carteira de crédito.

Risco de liquidez (RL): é medido pelo rácio de crédito total sobre depósitos dos clientes. Uma vez que os bancos são os principais fornecedores de liquidez da economia, é crucial que estes sejam capazes de gerir adequadamente o risco de liquidez subjacente à sua estrutura de balanço. Espera-se que o aumento da liquidez implique menor rentabilidade.

Risco de crédito (RC): é a razão de crédito total sobre total dos ativos. As instituições bancárias devem acompanhar de forma permanente a execução dos contratos de crédito dos seus clientes, de forma a detetar eventuais indícios de risco de

incumprimento. Bourke (1989) mostra que o nível do risco de crédito tende a ser negativamente associado com a rentabilidade do banco. Contudo, Kosmidou et al., (2005) fornecem evidência de que o risco de crédito afeta positivamente a rentabilidade dos bancos.

Rácio do capital (RCAPITAL): é medido pelo rácio do capital social dos bancos sobre o total dos ativos. É muito importante, uma vez que os bancos têm a obrigatoriedade de manter determinados valores de capital - requisitos para que a instituição tenha capital suficiente para suportar perdas operacionais e honrar os capitais dos depositantes, funciona como uma margem de segurança para fazer face a prejuízos inesperados. Bourke (1989) relata uma relação positiva e significativa entre o rácio de capital e a rentabilidade. Contudo, os autores Dietrich e Wanzenried (2011) não encontraram efeitos significativos do rácio do capital sobre a rentabilidade dos bancos, antes da crise, na Suíça.

Propriedade (PROP): é dado pela percentagem de capital privado dos bancos. Espera-se que os bancos privados sejam mais rentáveis. De acordo com Micco et al. (2007), os bancos que não são privados tendem a ter menor rentabilidade e despesas gerais superiores às dos bancos privados. Contudo, os resultados de Bourke (1989) indicam que o tipo de propriedade é irrelevante para explicar a rentabilidade.

4.2- Especificação do modelo

O modelo tradicionalmente utilizado na literatura para a estimação da rentabilidade segue uma equação linear (Athanasoglou, Brissimis e Delis, 2008).

Para a realização dos testes empíricos sobre a rentabilidade bancária de Cabo Verde é especificado o seguinte modelo de análise, semelhante ao de Ameer e Mhiri (2013), que procura identificar as relações empíricas entre a rentabilidade bancária e as variáveis explicativas relacionadas:

$$RENT_{i,t} = \alpha_0 + \beta_{i,t} X_{i,t} + \gamma_{i,t} Y_{i,t} + \delta_{i,t} Z_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$$

Onde:

i , refere-se a um banco individual;

t , refere-se ao ano;

$RENT$, variável dependente que refere-se a rentabilidade bancária medida pelo ROA, ROE e NIM;

X , é variável específica do banco;

Y , é variável específica da indústria bancária;

Z , é variável macroeconómica.

Modelo completo:

$$RENT_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 RENT_{i,t-1} + \beta_2 Dim + \beta_3 CTI + \beta_4 QC + \beta_5 RL + \beta_6 RC + \beta_7 RCAPITAL + \beta_8 PROP + \beta_9 IHH + \beta_{10} DSB + \beta_{11} INF + \beta_{12} CE + \varepsilon_{i,t}$$

Onde:

$RENT_{i,t}$: indicador da rentabilidade, representado pelo ROA, ROE e NIM, da instituição i , no ano t ;

CE: crescimento económico;

INF: taxa de inflação no ano t ;

IHH: Índice de Hirshman e Herfindahl;

DSB: dimensão do sistema bancário;

Dim: dimensão dos bancos;

CTI: cost-to-income;

QC: qualidade do crédito;

RL: risco de liquidez;

RC: risco de crédito;

RCAPITAL: rácio do capital;

PROP: capital privado dos bancos.

4.3-Formulação das hipóteses

Tendo em conta o objetivo desta pesquisa, de identificar as variáveis determinantes da rentabilidade bancária de Cabo Verde, são formuladas algumas hipóteses de pesquisa para os testes empíricos:

- Hipótese H_1 : A rentabilidade bancária dos bancos cabo-verdianos em análise é positivamente relacionada com CE nos períodos em análise.
- Hipótese H_2 : A rentabilidade bancária dos bancos em Cabo Verde é negativamente relacionada com INF nos períodos em análise.
- Hipótese H_3 : rentabilidade bancária dos bancos em Cabo Verde é positivamente relacionada com o IHH nos períodos em análise.
- Hipótese H_4 : rentabilidade bancária dos bancos cabo-verdianos é positivamente relacionada com DSB nos períodos em análise.
- Hipótese H_5 : rentabilidade bancária dos bancos em Cabo Verde é positivamente relacionada com Dim nos períodos em análise.
- Hipótese H_6 : rentabilidade bancária dos bancos cabo-verdianos é negativamente relacionada com CTI nos períodos em análise.
- Hipótese H_7 : rentabilidade bancária dos bancos em Cabo Verde é negativamente relacionada com CQ nos períodos em análise.
- Hipótese H_8 : rentabilidade bancária dos bancos cabo-verdianos é negativamente relacionada com RL nos períodos em análise.
- Hipótese H_9 : rentabilidade bancária dos bancos em Cabo Verde é negativamente relacionada com RC nos períodos em análise.
- Hipótese H_{10} : rentabilidade bancária dos bancos cabo-verdianos é positivamente relacionada com RCAPITAL nos períodos em análise.
- Hipótese H_{11} : rentabilidade bancária dos bancos em Cabo Verde é positivamente relacionada com PROP nos períodos em análise.

Tabela 12- Relação entre hipóteses, variáveis independentes e o sinal esperado dos parâmetros na regressão

Hipóteses	H ₁	H ₂	H ₃	H ₄	H ₅	H ₆	H ₇	H ₈	H ₉	H ₁₀	H ₁₁
Variáveis	CE	INF	IHH	DSB	Dim	CTI	CQ	RL	RC	RCAPITAL	PROP
Sinal esperado	+	-	+	+	+	-	+	-	-	+	+

Fonte: Elaboração própria

4.4- Resultados

Devido à impossibilidade de encontrar dados para todos os bancos cabo-verdianos, a análise empírica abrangerá apenas os quatro maiores bancos cabo-verdianos (BCA, CECV, BI e BCN). Contudo, em anexo são disponibilizados dados dos restantes bancos. O número de observações corresponde a trinta e seis, uma vez, que esta análise inclui quatro bancos durante um período consecutivo de nove anos (2005-2013).

Foi aplicado o método dos efeitos fixos e aleatórios na estimação do modelo, porém como o primeiro omite quatro variáveis comuns a todos os bancos (IHH, DSB, INF e CE) considerou-se melhor a utilização dos métodos dos efeitos aleatórios uma vez que tem melhores resultados e não exclui nenhuma variável devido a colinearidade.

A tabela 13 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis incluindo a média, o desvio padrão, o nível mínimo e máximo das variáveis dependentes e independentes. Na tabela 14 será exposta a matriz da correlação das variáveis independentes e a tabela 15 refere-se a resultados da regressão do modelo.

Tabela 13- Estatística descritiva das variáveis dependentes e independentes

Variáveis	Obs	Mean	Std.Dev.	Min	Max
ROA	36	0.8138889	0.4038195	0.1	1.8
ROE	36	12.65778	8.235592	0.5	37.2
NIM	36	3311.819	13551.63	177	82247
Dim	36	10.03889	0.8288918	8.03	11.16
CTI	36	64.75972	12.22568	48.5	112.4
CQ	36	9.679722	5.791493	1.3	22.43
RL	36	0.7255556	0.1866463	0.38	1.13
RC	36	0.5983333	0.1404991	0.3	0.83
RCAPITAL	36	0.0463889	0.0329634	0.01	0.16
PROP	36	97.5	4.39155	90	100
IHH	36	3272.556	419.5704	2833	3997
DSB	36	0.9310667	0.0371453	0.8714	0.9943
INF	36	3.337778	1.998564	0.42	6.78
CE	36	6.422222	1.761673	4.4	10.1

Fonte: Elaboração própria

Conforme as estatísticas descritivas expostas na tabela 13, os quatro maiores bancos cabo-verdianos da nossa análise possuem um ROA de 0.81% nos períodos de 2005-2013, não se verifica muita diferença entre os valores mínimo e máximo, desta forma, não se verifica grande diferença na rentabilidade entre os bancos cabo-verdianos. O mesmo não se verifica para a nossa segunda variável dependente, uma vez, que há uma grande diferença entre os mínimos e máximos da variável ROE. Esta apresenta um valor de 12.65%, em média durante o período da análise.

A dimensão dos bancos em Cabo Verde equivale a 10.03%, em média, não registando grande diferença entre os valores mínimo e máximo desta variável durante o período de análise. Os riscos de crédito e de liquidez situaram-se, em média, em 0.59% e 0.72% respetivamente ao longo do tempo. A capitalização dos bancos cabo-verdianos corresponde a 0.04% durante os períodos de análise, em que o banco mais capitalizado detém 0.16%.

De acordo com a nossa amostra, o setor privado detém 97,5% dos bancos em Cabo Verde no período em análise. A concentração bancária das duas maiores instituições bancárias do país, que é medida pelo IHH situou-se em média, pelos 3272 pontos.

Tabela 14- Matriz da correlação das variáveis independentes

	Dim	CTI	CQ	RL	RC	RCAPITAL	PROP	IHH	DSB	INF	CE
Dim	1.00										
CTI	-0.27	1.00									
CQ	0.39	-0.23	1.00								
RL	-0.13	-0.06	0.17	1.00							
RC	-0.00	-0.04	0.29	0.94	1.00						
RCAPITAL	-0.87	0.52	-0.36	0.19	0.07	1.00					
PROP	-0.71	-0.09	0.06	0.42	0.39	0.46	1.00				
IHH	-0.33	0.15	-0.59	-0.66	-0.69	0.17	0.00	1.00			
DSB	-0.03	-0.19	-0.43	0.04	0.01	-0.04	0.00	0.20	1.00		
INF	0.01	-0.34	-0.00	0.09	0.05	-0.11	0.00	-0.02	-0.09	1.00	
CE	-0.16	-0.04	-0.01	-0.43	-0.43	0.03	-0.00	0.40	-0.37	0.40	1.00

Fonte: Elaboração própria

A tabela 14, fornece informações sobre o grau de correlação entre as variáveis explicativas utilizadas nesta análise. Verifica-se elevada correlação entre as variáveis RC e RL, desta forma, estas variáveis poderão facultar-nos informações semelhantes. Nesta análise os pares mais correlacionados são (RC, RL) e (RCAPITAL, Dim). A variável PROP, estabelece uma relação nula com variáveis como IHH, DSB e INF.

A tabela 15, abaixo, apresenta os resultados da estimação do modelo completo, utilizando três variáveis dependentes alternativas.

Tabela 15- Resultados da regressão do modelo

	ROA (1)	ROE (2)	NIM (3)
Constante	3.39 (6.61)	60.7 (97.1)	-460 (169)
Variáveis específicas dos bancos			

Dim	-0.34 (0.29)	-2.36 (4.39)	153 ** (767)
CTI	-0.01 (0.00)	-.231** (0.10)	672*** (175)
QC	0.004 (0.01)	0.01 (0.24)	855** (422)
RL	-1.41 (1.07)	-25.2 (15.7)	602 (275)
RC	1.96 (1.48)	18.3 (21.7)	-614 (380)
RCAPITAL	-6.43 (5.19)	-49.1 (76.4)	421** (133)
PROP	-0.02 (0.03)	-0.89 (0.50)	162 (888)
Variáveis específicas da indústria bancária			
IHH	-0.00 (0.00)	-0.00 (0.00)	3.64 (7.09)
DSB	4.71** (1.96)	97.7*** (28.8)	116 ** (503)
Variáveis macroeconómicas			
INF	0.02 (0.03)	1.04** (0.49)	134 (866)
CE	0.06 (0.04)	0.90 (0.67)	-132 (118)

Fonte: Elaboração própria. Os asteriscos indicam significância ao nível de 10 (*), 5 (**) e 1 (***) por cento, respetivamente.

O modelo (1) tem apenas uma variável significativa que é o DSB, o modelo (2) tem três variáveis significativas, sendo elas: CTI, DSB e INF e o modelo (3) possui cinco variáveis significativas: Dim, CTI, CQ, RCAPITAL e DSB. Desta forma, o modelo que conseguiu identificar mais determinantes da rentabilidade é o que tem NIM como variável dependente, por isso, a análise que se seguiu abrangerá mais o modelo (3). Contudo, é importante colocar os resultados dos três modelos na tabela 15, visto que há algumas diferenças significativas entre os resultados da estimação dos diferentes modelos.

A variável Dim é significativa para explicar a rentabilidade bancária em Cabo Verde, ou seja, quanto maior for a dimensão de um banco maior será a sua rentabilidade. Esta variável tem o sinal positivo como o esperado, contudo, nos modelos (1) e (2) não tem significância individual nem tem o sinal positivo. O resultado encontrado no modelo (3) para esta variável vai de encontro ao que os Dietrich e Wanzienried (2011) e Demirguc e Huizinga (1999) defendem, que a dimensão do banco deve ser positivamente associado ao seu desempenho.

O sinal da variável CTI é positivo, contrário ao esperado. Esta variável é significativa para explicar a rentabilidade bancária dos bancos cabo-verdianos nos modelos (2) e (3), mas no modelo (1) não é significativo. Uma vez que é significativa quer dizer que quanto menos eficiente fosse um banco mais elevado seria a sua rentabilidade. Desta

forma, o resultado encontrado para esta variável é semelhante ao encontrado nas pesquisas de Kosmidou et al. (2005).

A QC só é significativa para explicar a rentabilidade dos bancos em Cabo Verde no modelo (3). Quanto ao sinal é positivo nos três modelos, como o esperado.

A variável RCAPITAL tem sinal positivo como o esperado, é significativa para explicar a rentabilidade bancária dos bancos cabo-verdianos. Quanto maior for esta variável maiores margens terá o banco. Ou seja, o resultado encontrado no modelo (3) vai de encontro ao resultado de Bourke (1989), que relata uma relação positiva e significativa entre a rentabilidade e o rácio de capital.

A única variável que é significativa para explicar a rentabilidade dos bancos cabo-verdianos e que tem sinal positivo como esperado para os três modelos é o DSB. Desta forma, podemos concluir com menos dúvidas que quanto maior for a dimensão do sistema bancário, maior será a rentabilidade dos bancos cabo-verdianos.

A inflação só é significativa no modelo (2) e o seu sinal é positivo, contrariamente ao esperado. As variáveis RL, RC, PROP, IHH e CE não são significativas para explicar a rentabilidade bancária dos bancos cabo-verdianos em nenhum dos três modelos. A variável PROP não é significativa, contrariamente aos resultados de Micco et al. (2007), que defendem que bancos estatais revelam uma menor rentabilidade do que os bancos privados. O RC não é significativo nesta análise, contudo, nas pesquisas de Kosmidou et al. (2005) constatou-se um impacto positivo do risco de crédito sobre a rentabilidade dos bancos. A variável IHH, que mede a concentração bancária não é significativa em nenhum dos modelos.

No geral, de todas as variáveis do modelo, as mais significativas para explicar a rentabilidade bancária em Cabo Verde são as variáveis específicas dos bancos. Foi interessante constatar que das duas variáveis específicas da indústria bancária, o IHH não foi significativo em nenhum dos modelos, contrariamente a variável DSB. Relativamente as variáveis macroeconómicas, não era de esperar que o CE não fosse significativo para explicar a rentabilidade bancária e que a inflação só fosse significativa em termos individuais em um modelo.

4.5-Análise comparativa entre Cabo Verde e Tunísia

No artigo de Ameer e Mhiri (2013) foi utilizado o estimador GMM para estimar um modelo semelhante dos determinantes da rentabilidade do sector bancário. A amostra compreende os principais 10 bancos comerciais da Tunísia, durante o período de 1998 a 2011 e foi utilizado um modelo com dados em painel dinâmico. As variáveis dependentes são iguais em ambas as pesquisas. As autoras consideram o ROA e NIM como as medidas de melhor qualidade da rentabilidade. Nestas duas pesquisas foram utilizadas as mesmas variáveis macroeconómicas e variáveis específicas da indústria bancária, sendo elas: Inflação, crescimento económico medido pelo PIB, concentração bancária (medido pelo IHH, no caso, da minha pesquisa) e a dimensão do sistema bancário respetivamente. Quanto as variáveis específicas dos bancos, em ambas as análises foram utilizadas como variáveis independentes a dimensão dos bancos, o rácio de capital, a eficiência operacional (no caso desta dissertação medida pelo CTI) e a propriedade, que é determinada pela percentagem do capital privado dos bancos.

Considerando as variáveis específicas dos bancos, foi encontrada evidência empírica de que os bancos comerciais menores são mais rentáveis do que os maiores, constatou-se uma relação negativa entre o tamanho e rentabilidade é que os bancos de maior dimensão na Tunísia. Nesta dissertação, esta variável só foi significativa e teve sinal positivo no modelo (3). Verificou-se uma relação positiva entre o rácio de capital e a rentabilidade dos bancos tunisinos, nesta dissertação esta variável não foi significativa. Constatou-se também um impacto positivo do risco de crédito sobre a rentabilidade dos bancos na Tunísia, nesta dissertação a variável RC não é significativa para explicar a rentabilidade dos bancos cabo-verdianos em nenhum dos três modelos estimados. O indicador de eficiência operacional é negativamente relacionada com a rentabilidade dos bancos tunisinos para todas as regressões, na presente análise esta variável só é significativamente relacionada com a rentabilidade numa regressão. Na Tunísia ela é particularmente significativa quando a rentabilidade é medida pelo ROA e NIM e em Cabo Verde é significativa em termos individuais quando é medido pelo ROE e NIM.

A privatização dos bancos tunisinos afeta positivamente e significativamente a rentabilidade, no enquanto, para Cabo Verde a variável PROP não é significativa em nenhuma das regressões estimadas, certamente porque a maioria dos bancos não apresenta uma propriedade direta do Estado.

Relativamente aos resultados obtidos nas estimações, as variáveis macroeconómicas não tiveram o impacto significativo sobre o ROA, o mesmo acontece nesta dissertação. No entanto, o crescimento do PIB e a inflação são significativamente relacionada com a NIM e isto não se verifica nesta análise. Quanto às variáveis específicas da indústria bancária, as variáveis IHH e DSB foram respetivamente, sempre não significativas e sempre significativas em todos os três modelos de estimação. Já nas pesquisas destas autoras, estas variáveis tiveram um impacto negativo na rentabilidade dos bancos, medida essencialmente pelo ROA e NIM.

No geral, apesar de Cabo Verde e Tunísia serem dois países africanos, a verdade é que os resultados da estimação destes dois modelos são bem diferentes. Em alguns casos, os resultados coincidem, uma vez que foram utilizadas praticamente as mesmas variáveis dependentes e independentes. Contudo, a diferença na maioria dos resultados pode dever-se ao facto de para Cabo Verde terem sido utilizado dados em painel estático e aplicado o método dos efeitos aleatórios e para a Tunísia dados em painel dinâmico e utilizado os métodos generalizados dos momentos na estimação dos resultados. A limitação de dados pode ser uma explicação possível para as diferenças encontradas nos resultados.

Capítulo V- Conclusões, Limitações do trabalho e pista para futuras investigações

Nesta secção apresentar-se-ão as principais conclusões provenientes das análises dos resultados obtidos. Depois serão referidas algumas das limitações encontradas na realização desta dissertação e por fim sugeridas pistas para futuras investigações.

5.1- Principais Conclusões

Esta dissertação analisou os determinantes da rentabilidade do setor bancário cabo-verdianos dos quatro maiores bancos do país no período entre 2005 a 2013, utilizando dados de painel estático e o método dos efeitos aleatórios. Conforme os resultados obtidos, a rentabilidade dos bancos é determinada maioritariamente por fatores específicos dos bancos e da indústria bancária.

Visto que as variáveis específicas dos bancos são fatores internos, ou seja, os bancos conseguem influenciá-las através da política e gestão adotada pelos bancos, poderiam influenciar positivamente as variáveis risco de crédito e propriedade privada de forma a ter um impacto positivo na determinação da rentabilidade dos bancos cabo-verdianos, uma vez que elas não foram significativas em nenhum dos modelos estimados. A variável específica dos bancos mais importante para explicar a rentabilidade bancária em Cabo Verde é cost-to-income, tendo sido significativa nas regressões sobre retorno dos capitais próprios e margem financeira líquida.

Relativamente a fatores externos, tendo em conta as variáveis específicas da indústria bancária, as variáveis índice de herchman-herfindahl e dimensão do sistema bancário foram respetivamente, sempre não significativas e sempre significativas em todos os três modelos de estimação. A dimensão do sector bancário é muito relevante, ao contrário da sua concentração. As duas variáveis macroeconómicas utilizadas no modelo não tiveram grande importância nesta pesquisa uma vez que crescimento económico não foi significativo para explicar a rentabilidade em nenhuma das regressões e a inflação só foi significativa na regressão sobre o retorno dos capitais próprios. Desta forma, o governo cabo-verdiano poderia alterar as políticas macroeconómicas de forma que as variáveis macroeconómicas pudessem ter uma relação e um impacto positivo com a rentabilidade. De todas as variáveis externas a dimensão do sistema bancário tem maior importância para explicar a rentabilidade dos bancos cabo-verdianos.

Considerou-se também importante comparar os resultados aqui obtidos com os apresentados num estudo recente para um outro país africano. Contudo, embora Cabo Verde e Tunísia sejam dois países africanos, os resultados obtidos no estudo dos determinantes da rentabilidade bancária revelaram bastantes diferenças.

5.2- Limitações do trabalho

A maior dificuldade encontrada na elaboração deste trabalho refere-se à recolha dos dados necessários, com consequências nos resultados obtidos na parte empírica.

Devido a impossibilidade de encontrar dados para todos os bancos cabo-verdianos, a análise empírica abrangeu apenas os quatro maiores bancos cabo-verdianos (BCA, CECV, BI e BCN) para os períodos de 2005 a 2013. Infelizmente, os dados

disponibilizados são insuficientes para fazer uma abordagem mais alargada do sistema bancário de Cabo Verde (era um dos objetivos iniciais), uma vez que o número de observações é muito reduzido. Praticamente, não foi possível o acesso a nenhum dado do Novo Banco, o que é uma menos valia para este trabalho, visto que o mesmo conta com uma análise de menos um banco do sistema bancário cabo-verdiano. Relativamente ao ECOBANK, não se conseguiram obter dados para todas as variáveis utilizadas ao longo dos períodos em análise. Apesar das muitas tentativas, junto do banco central e de cada uma das instituições bancárias, para completar a base de dados, a falta de resposta ou de qualidade dos dados impediu a recolha de uma amostra mais completa.

5.3-Pista para futuras investigações

As limitações por enquanto encontradas na recolha dos dados, sugerem a importância de continuar esta pesquisa no futuro, por diversos motivos. Por um lado, para voltar a estimar o modelo com um número de observações mais elevado, que permita obter resultados mais robustos.

Em segundo lugar, a recolha de um número mais vasto de observações permitirá a utilização de outros métodos de estimação. Em particular, permitiria estimar o modelo usando o método generalizado dos momentos, como sucede nas análises empíricas mais recentes, visto que, nesta pesquisa tal não foi possível devido a falta de dados.

Em terceiro lugar, será interessante, ao alargar o período da amostra, verificar se a atual crise financeira e económica teve efeitos ao nível da rentabilidade dos bancos, designadamente das variáveis explicativas mais significativas.

Referências Bibliográficas

ALBERTAZZI, U. e Gambacorta, L. (2009) Bank profitability and the business cycle, *Journal of Financial Stability*, v. 5, n. 4, pp. 393–409.

AMEUR, I. and **MHIRI**, S. (2013) Explanatory Factors of Bank Performance Evidence from Tunisia, vol.2, nº.1, pp. 148-150.

ARELLANO, M., Bond, S. (1991). Some Tests of Specification for Panel Data: Monte Carlo Evidence and An Application to Employment Equations, *Review of Economic Studies*, Vol. 58, No 2, pp. 277- 297.

ARELLANO,M., Bover, O. (1995). Another Look at the Instrumental Variable Estimation of Error-Components Models, *Journal of Econometrics*, Vol. 68, No 1. pp.29-51.

ATLANTA FEDERAL RESERVE (1996), «Why banks don't make every loan you think they should make?». *Partners*, vol. 6 (4).

ATHANASOGLU,P.P.; Brissimis, S. N.;Delis, M. D. (2008). Bank-specific, industryspecific and macroeconomic determinants of bank profitability. *Journal of International Financial Markets, Institutions and Money*, v. 18, n. 2, p. 121–136.

ACÍN, Juan A.M. (1994), El processo de concentration de bancos y cajas de ahorros en España. *Papeles de Economía Española*, Nº58, pp.88-104.

BANCO ANGOLANO DE INVESTIMENTO (2013). Relatório e Contas, pp.12, 26, 27, 28, 29.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO (2013). Relatório e Contas, pp. 3, 28, 29, 30.

BANCO CABO-VERDIANO DE NEGÓCIOS (2013). Relatório e Contas, pp. 16,30, 31.

BANCO DE CABO VERDE (2013b). Boletim de Estabilidade Financeira, pp.5, 6, 15, 22, 24, 25, 27.

BANCO DE CABO VERDE (2012a). Relatório Anual, pp.13

BANCO DE CABO VERDE (2013a). Relatório Anual, pp.75

BANCO DE CABO VERDE (2012). Relatório de Sistema de Pagamento Cabo-Verdianos, pp.13, 14,15, 17.

BANCO ESPÍRITO SANTO CABO VERDE (2013). Relatório e Contas, pp. 9,16.

BERGAMINI JR., S. (2005). Controles internos como um instrumento de governança corporativa. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro: BNDES, vol. 12, n24, p. 149.

BEJA, R. (2004). Risk Management: Gestão, Relato e Auditoria dos Riscos do Negócio. Áreas Editora, SA. Lisboa.

BENEDICTO, Gideon e Padovoze, Clóvis Luís.(2004). Análise das Demonstrações Financeiras. São Paulo, Thomson.

BERGER, A. N. (1995). The relationship between capital and earnings in banking. Journal of Money, Credit and Banking, v. 27, n. 2, p. 432–56, May.

BOLT, W. et al. (2012). Bank profitability during recessions. Journal of Banking & Finance, v. 36, n. 9, p. 2552–2564.

BOURKE, P. (1989). Concentration and other determinants of bank profitability in europe, north america and australia. Journal of Banking & Finance, v. 13, n. 1, p. 65–79.

CAIADO, Aníbal & Caiado, Jorge. (2006). Gestão de Instituições Financeiras. Lisboa, Edições Sílabo.

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE (2013). Relatório e Contas, pp.22.

CALOMIRIS, C.(2003). “Modern Banking” in Joel Mokyr, ed., The Oxford Encyclopedia of Economic History, Nova York: Oxford University Press.

CHEN, S.-H.; Liao, C.-C. (2011). Are foreign banks more profitable than domestic banks? home- and host-country effects of banking market structure, governance, and supervision. Journal of Banking & Finance, v. 35, n. 4, p. 819–839.

CROUHY, Michel e Galai, Dan e Mark, Robert. (2004). Gerenciamento de Risco: abordagem conceitual e prática. Tradução: Carlos Henrique Trieschmann Luiz Frazão Filho. Rio de Janeiro: Qualitymark.

COUTO, Rodrigo Luís Rosa. (2002). Metodologia de avaliação da capacidade de geração de resultados de instituições financeiras. Notas Técnicas do Banco Central do Brasil, n. 26.

CASU, B. e C, Girardone (2001), efficiency of Large Banks in the Single European Market, Middlesex University Business School.

COMITÊ DE SUPERVISÃO BANCÁRIA DA BASILEIA. (2014). Princípios Essenciais para uma Supervisão Bancária Eficaz: Os Princípios Essenciais da Basileia. (Setembro de 1997). Disponível em <http://www.plktrader.com/faculdade/apostilas/apostilas%20diversas%20e%20outros%20materiais%20de%20estudo/basileia.pdf> Acesso em 03/04/2014

COMMITTEE, B. B.(1988). International convergence of capital measurement and capital standards. [S.l.].

DEMIRGUC, A.; Huizinga, H. (1999). Determinants of commercial bank interest margins and profitability: Some international evidence. *World Bank Economic Review*, v. 13, n. 2, p. 379–408.

DIETRICH, A.; Wanzenried, G. (2011). Determinants of bank profitability before and during the crisis: Evidence from Switzerland. *Journal of International Financial Markets, Institutions and Money*, v. 21, n. 3, p. 307–327.

ECOBANK CABO VERDE (2013). , pp.

FERREIRA, J.S. (1991). A revolução financeira e a gestão de risco na empresa bancária. Universidade Nova de Lisboa.

FLANNERY, M. J. (1980). How do changes in market interest rates affect bank profits? *Business Review*, n. Sep, p. 13–22.

FUJI, A. H. (2004). O conceito de lucro econômico no âmbito da contabilidade aplicada. *Revista Contabilidade e Finanças USP*, n. Setembro Dezembro.

GARCÍA-HERRERO, A.; Gavilá, S.; Santabárbara, D. (2009). What explains the low profitability of Chinese banks? *Journal of Banking & Finance*, v. 33, n. 11, p. 2080–2092.

GITMAN, Lawrence J. (1997). *Princípios de administração financeira*. 7ª ed. São Paulo: Harba.

GITMAN, Lawrence J. (2004). *Princípios de Administração Financeira*. 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley.

GODDARD, J., Liu, H., Molyneux, P., Wilson, J., (2009), «Do bank profits converge?», Working Paper.

GODDARD, J. et al. (2011). The persistence of bank profit. *Journal of Banking & Finance*, v. 35, n. 11, p. 2881–2890, November.

GODDARD, J., Molyneux, P., & Wilson, J. (2004). The profitability of European Banks: A cross sectional and dynamic panel analysis. *The Manchester School*, 72(3), 363–381.

GOLIN, J. (2001), *The Bank Credit Analysis Handbook: A Guide for Analysts, Bankers and Investors*, John Wiley & Sons (Asia) Pre Ltd.

HSIAO, C. (2003). *Analysis of panel data*. Second edition. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press.

HEUVEL, S. J. V. den. (2002). Does bank capital matter for monetary transmission? *Economic Policy Review*, n. May, p. 259–265.

HIRTLE, B. J.; Stiroh, K. J. (2007). The return to retail and the performance of US banks. *Journal of Banking & Finance*, v. 31, n. 4, p. 1101–1133.

INSTITUTO EDUCACIONAL (2014), BM&BOVESPA. Capítulo 8- Introdução e Gestão de Risco. Disponível em http://lojavirtual.bmf.com.br/LojaIE/portal/pages/pdf/Apostila_PQO_Cap_08_V2.pdf
Acesso em 03/04/2014

JORION, P. (1997). Value et Risk: The New Benchmark for Controlling Market Risk. New York, Mc Graw Hill.

KIMBALL, R. C. (1998). Economic profit and performance measurement in banking. New England Economic Review, n. July, p. 35–53.

KOSMIDOU, K., Tanna, S. & Pasiouras, F. (2005) «Determinants of Profitability of Domestic UK Commercial Banks: Panel Evidence from the Period 1995-2002», Money Macro and Finance (MMF) Research Group Conference.

LEE, C.-C.; Hsieh, M.-F. (2013). The impact of bank capital on profitability and risk in asian banking. Journal of International Money and Finance, v. 32, n. C, p. 251–281.

MARQUES, P.V. (1994). Contribuição ao estudo da organização agroindustrial: o caso da indústria de frango de corte no estado de São Paulo. Sci. Agric., Piracicaba, 51(1): 08-16.

MARSHALL, C. (2002). Medindo e Gerenciando Riscos Operacionais em Instituições Financeiras. Rio de Janeiro: Qualitymark.

MATARAZZO, Dante Carmine. (2003). Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial. 6ª ed., São Paulo: Atlas.

MATOS, Pedro Verga e Vasco Rodrigues (2000), Fusões e Aquisições: Motivações, Efeitos e Política, Principia. Cascais.

MICCO, A.; Panizza, U.; Yanez, M. (2007). Bank ownership and performance. does politics matter? Journal of Banking & Finance, v. 31, n. 1, p. 219–241.

MINSKY, H. (1986). Stabilizing an unstable economy. New Haven: Yale University Press.

NETO Alexandre Assaf; Silva, Cesar Augusto Tibúrcio. (2010). Administração do capital de giro. 3. ed. São Paulo: Atlas.

NEVES, Idalberto José, Mendes, F. e Cunha, M. A. (2007), «Eficiência operacional: uma análise exploratória dos 50 maiores bancos brasileiros pelo BACEN». 7.º Congresso USP – Controladoria e Contabilidade.

OMMEREN, S. S. Bank's Profitability: An examination of the determinants of bank's profitability in the European Banking Sector. Dissertação (Mestrado) — Erasmus University Rotterdam, 2011. Disponível em [http://thesis.eur.nl/pub/10396/Ommeren,%20S.%20van%20\(302984\).docx](http://thesis.eur.nl/pub/10396/Ommeren,%20S.%20van%20(302984).docx).

PASIOURAS, F.; Kosmidou, K.(2007). Factors influencing the profitability of domestic and foreign commercial banks in the european union. *Research in International Business and Finance*, v. 21, n. 2, p. 222–237.

PAULA, L.F.R. (1990). Dinâmica da firma bancária: uma abordagem não-convencional. *Revista Brasileira de Economia*, vol. 53, n. 3, p. 136-142, jul./set.

RAPPAPORT, Alfred. (2001). Gerando valor para o acionista. São Paulo: Atlas.

RESENDE, Marcelo; Boff, Hugo. (2002).Concentração industrial. In Kupfer, David; Hasenclever, Lia. (Org.) *Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier.

ROSS, S.A., R.W. Westerfield e J.F.Jaffe (1995), *Corporate Finance*, Second Edition, Boston, Irvin, pp.808.

SCHOONER H. M.,. T. M. W. (2010). Bank insolvency. In *Global Bank Regulation: Principles and Policies*, p. 241–258.

SHORT, B. K. (1979). The relation between commercial bank profit rates and banking concentration in canada, western europe, and japan. *Journal of Banking & Finance*, v. 3, n. 3, p. 209–219, September.

SINKEY Jr., J., Greenawalt, M., (1991), «Loanloss experience and risk-taking behavior at large commercial banks», *Journal of Financial Services Research* 5, 43–59.

STAIKOURAS, C. H. & Wood, G. (2003), «The Determinants of Bank Profitability in Europe», Paper Presented at the European Applied Business Research Conference, Venice, Italy, 9- 13.

STEWART, G. B. (2003).How to fix accounting: measure and report economic profit. *Journal of Applied Corporate Finance*, v. 15.

SUPERVISION, B. (2010).Basel Committee on B. Basel III: A Global regulatory framework for more resilient banks and banking systems. [S.l.].

SUPERVISION, B. (2004).Basel Committee on B. International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards; a Revised Framework. [S.l.].

Sites consultados:

Banco de Cabo Verde, <http://www.bcv.cv>

Banco Comercial do Atlântico <http://www.bca.cv/>

Caixa Económica de Cabo Verde <http://www.caixa.cv/>

Banco Interatlântico <http://www.bi.cv/>

Banco Cabo-verdiano de Negócios <http://www.bcnv.com/>

Banco Angolano de Investimentos <http://www.bancobai.cv/>

Banco Espírito Santo Cabo Verde <http://www.bescv.cv/>

Ecobank Cabo Verde <http://www.ecobank.com/>

Novo Banco <http://www.novobanco.cv/>
Câmara de Comércio, Indústria e Turismo Portugal Cabo Verde
<http://www.portugalcabo Verde.com/>

<http://www.bcv.cv/SiteCollectionDocuments/Lei%20de%20Bases%20do%20Sistema%20Financeiro%20-%20Vers%C3%A3o%20Final%2008NOV2012.pdf>, para aceder
Artigo 10º, Leis de Base do Sistema Financeiro- Cabo Verde do BCV

Anexo

➤ Informações dos bancos Comerciais Cabo-verdianos

Tabela 16- Evolução do número de agências dos bancos comerciais, expresso em unidades

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
BCA	-	-	-	-	-	23	24	25	27	28	31	32	32	33
CECV	7	10	11	12	13	15	16	23	25	29	29	29	30	31
BI	-	-	-	-	4	5	5	6	7	8	9	9	9	9
BCN	-	-	-	-	-	-	6	8	18	20	21	20	18	18
BAICV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5	5	5	5
BESCV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	2	2
ECOBANK	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
NB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5	5	7

Fonte: Elaboração própria com dados do Relatório e Contas dos bancos em análise

Tabela 17- Evolução do número de funcionários dos bancos comerciais, expresso em unidades

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
BCA	-	-	-	-	-	398	394	401	435	442	446	442	431	435
CECV	105	129	137	150	162	162	192	213	222	248	260	272	293	310
BI	-	-	-	-	49	52	52	76	82	97	97	111	112	115
BCN	-	-	-	-	32	41	61	88	110	123	124	121	120	112
BAICV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	65	66	64	74	72
BESCV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	20	25	25
ECOBANK	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria com dados do Relatório e Contas dos bancos em análise

Tabela 18- Evolução de créditos á clientes dos bancos comerciais, expresso em (mil contos) cabo-verdianos

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
BCA	-	-	-	-	-	16.375	22.346	23.402	32.583	36.049	37.781	41.672	40.438	39.168
CECV	6.159	6.977	7.925	9.503	10.907	11.723	14.003	15.800	18.523	24.770	28.309	34.747	32.350	33.707
BI	-	-	-	-	2.330	2.753	3.333	5.464	8.578	10.174	11.683	12.828	13.068	12.914
BCN	-	-	-	-	347,6	1.206	2.566	5.009	8.162	8.842	9.694	9.108	8.453	9.008
BAICV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	918,2	2.493	3.325	3.867	4.869
BESCV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	178,5	1.486	2.208	2.487
ECOBANK	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria com dados do Relatório e Contas dos bancos em análise

Tabela 19- Evolução de depósitos de clientes dos bancos comerciais, expresso em (mil contos) cabo-verdianos

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
BCA	-	-	-	-	-	42.549	48.919	54.244	55.235	53.187	55.661	56.460	58.176	58.968
CECV	7.008	8.855	10.396	12.553	14.818	17.753	22.137	23.924	27.236	28.114	31.911	35.958	39.930	45.628
BI	-	-	-	-	4.755	7.065	7.671	9.126	12.836	13.458	15.574	13.903	15.773	17.156
BCN	-	-	-	-	1.678	2.566	3.621	6.083	7.537	10.908	9.647	8.091	8.800	11.252
BAICV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.461	1.355	2.011	2.415	4.286

BESCV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	165,9	5.365	13.378	22.016
ECOBANK	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria com dados do Relatório e Contas dos bancos em análise

Tabela 20- Evolução do ativo dos bancos, expresso em (mil contos) cabo-verdianos

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
BCA	-	-	-	-	-	49.032	55.598	61.665	63.999	62.948	65.504	67.303	69.942	70.327
CECV	9.671	11.705	13.328	14.866	17.068	20.619	25.439	26.985	30.576	32.855	36.729	42.091	44.981	50.660
BI	-	-	-	-	5.922	8.653	11.099	13.223	15.103	16.225	18.274	17.978	18.368	19.793
BCN	-	-	-	-	1.969	3.073	4.175	6.921	10.718	14.346	12.563	12.057	11.843	13.451
BAICV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.204	5.468	7.668	8.915	13.395
BESCV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.612	6.901	15.082	24.085
ECOBANK	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	537,6	615,1	1.302	1.732
NB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria com dados do Relatório e Contas dos bancos em análise, no caso do ECOBANK a fonte é o BCV

Tabela 21- Evolução do Resultado Líquido, expresso em (mil contos) cabo-verdianos

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
BCA	-	-	-	-	-	204,9	373,7	649,5	975,5	595,7	701,2	536,7	339,0	220
CECV	209,8	217,6	180,2	226,5	236,5	136,7	278,8	471,6	272,5	307,6	378,9	432,6	118,6	206
BI	-	-	-	-	87.525	54.28	109,9	166,9	212,4	193,9	130,0	120,7	124,5	73.496
BCN	-	-	-	-	-	2.282	15.96	50.897	110,7	64.618	79.271	54.090	34.608	217,8
					75.924	2								
BAICV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-208,4	-201,4	-348,2	-151,3	-139,2
BESCV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.811	44.611	103,2	79.648
ECOBA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NK	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria com dados do Relatório e Contas dos bancos em análise

Tabela 22- Evolução do ROE, expresso em percentagem

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
BCA	-	-	-	-	11.5	19.4	28.6	37.2	20.5	24.7	18.3	10.0	5.1
CECV	18.7	14.5	17.0	16.31	8.99	17.26	25.15	12.85	11.8	11.6	12.6	3.39	5.78
BI	-	-	-	11.74	7.27	18.31	18.27	22.01	18.38	8.69	7.75	7.78	4.37
BCN	-	-	-	-	0.5	3.7	7.4	11.1	6.3	7.2	4.24	2.97	14.72
				23.40									
BAICV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-39.9	-17.5	-13.9
									24.51	21.79			
BESCV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0.33	3.01	6.51	4.78
ECOBANK	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-0.20	-0.17	-0.18	-0.13
NB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria com dados do Relatório e Contas dos bancos em análise, no caso do ECOBANK a fonte é o BCV

Tabela 23- Evolução do ROA, expresso em percentagem

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
BCA	-	-	-	-	0.4	0.71	1.11	1.4	0.95	1.1	0.8	0.5	0.3

CECV	2.0	1.4	1.6	1.5	0.73	1.21	1.80	0.95	0.97	1.09	1.10	0.27	0.43	
BI	-	-	-	1.48	0.63	0.99	1.26	1.31	1.20	0.71	0.67	0.69	0.39	
BCN	-	-	-	-3.00	0.1	0.4	0.7	1.0	0.5	0.63	0.39	0.29	1.62	
BAICV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-4.65	-5.3	-1.8	-1.2	
BESCV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.05	0.30	0.65	0.68	0.33
ECOBANK	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-0.07	-0.09	-0.06	-0.03	
NB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: Elaboração própria com dados do Relatório e Contas dos bancos em análise, no caso do ECOBANK a fonte é o BCV

Tabela 24- Evolução da Margem Financeira, expresso em (mil contos) cabo-verdianos

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
BCA	-	-	-	-	-	900	1.234	1.927	2.414	2.352	2.465	2.412	2.139	1.913
CECV	380,2	478,8	449,6	571,6	596,6	617,0	790,7	1.080	1.263	1.568	1.772	1.877	671,9	1.760
BI	-	-	-	-	233,5	242,8	337,8	526,3	526,3	650,8	634,9	668,1	400,2	586,1
BCN	-	-	-	-	64.741	82.247	177,0	284,8	437,9	534,3	518,8	518,7	303,7	474,4
BAICV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	70.001	160,4	182,9	303,7	356,3
BESCV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.485	97.933	255,4	255,8
ECOBANK	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.838	6.941	20.339	31.620
NB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria com dados do Relatório e Contas dos bancos em análise, no caso do ECOBANK a fonte é o BCV

Tabela 25- Evolução do Produto Bancário, expresso em (mil contos) cabo-verdianos

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
BCA	-	-	-	-	-	1.798	2.292	3.033	3.715	3.364	3.301	3.229	2.884	2.632
CECV	532,3	673,4	668,7	795,4	892,3	949,2	1.074	1.464	1.793	1.899	2.100	2.157	1.914	1.972
BI	-	-	-	-	373,0	376,3	485,5	689,2	823,3	809,0	815,0	916,4	900,1	805,3
BCN	-	-	-	-	85.357	121,2	238,9	387,7	597,9	667,8	700,1	684,2	617,5	693,2
BAICV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	102,0	188,7	188,9	361,5	470,1
BESCV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.121	167,5	362,3	331,3
ECOBANK	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.839	40.635	61.506	94.568
NB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria com dados do Relatório e Contas dos bancos em análise, no caso do ECOBANK a fonte é o BCV

Tabela 26- Evolução do Capital Social, expresso em (mil contos) cabo-verdianos

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
BCA	-	-	-	-	-	1.000	1.000	1.000	1.000	1.325	1.325	1.325	1.325	1.325
CECV	348	348	348	348	348	348	348	348	348	1.392	1.392	1.392	1.392	1.392
BI	-	-	-	-	-	600	600	600	600	600	1.000	1.000	1.000	1.000
BCN	-	-	-	-	309	500	500	700	900	900	900	900	900	900
BAICV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.522	2.000	2.000	2.330
BESCV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.433	1.433	1.433	1.433
ECOBANK	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	300	640	765	-
NOVO BANCO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria com dados do Relatório e Contas dos bancos em análise, no caso do ECOBANK a fonte é o BCV

Tabela 27- Evolução de Cost-to-Income, expresso em percentagem

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
BCA	-	-	-	-	71.4	60.3	48.5	54.3	63.4	65.6	68.6	81.5	87.6
CECV	52.6	64.6	63.6	63.6	67.53	66.76	56.16	50.7	60.4	54.8	56.3	66.6	68.85
BI	-	-	-	52.31	57.50	50.68	52.45	54.08	64.50	64.68	57.29	58.35	65.85
BCN	-	-	-	110.3	112.4	81.5	79.3	69.3	67.7	62.64	61.50	65.35	56.98
BAICV	-	-	-	-	-	-	-	-	350.80	235.93	245.5	122.9	91.9
BESCV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	62.71	53.93	49.38	64.19
ECOBANK	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria com dados do Relatório e Contas dos bancos em análise, no caso do ECOBANK a fonte é o BCV

Tabela 28- Evolução do rácio Crédito vencido/ Crédito cliente, expresso em percentagem

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
BCA	-	-	-	-	-	6.98	3.35	11.7	8.1	7.3	6.5	10.3	12.0	14.8
CECV	6.92	7.8	5.1	4.6	4.7	6.1	5.6	20.3	17.2	15.0	13.1	13.17	17.11	17.3
BI	-	-	-	-	4.39	4.04	2.82	10.83	8.19	5.44	6.07	13.75	15.05	22.43
BCN	-	-	-	-	28.3	4.6	1.3	1.4	2.85	3.51	2.3	6.7	16.85	14.43
BAICV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0.28	6.2	9.1	11.0	13.5
BESCV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.18	9.83
ECOBANK	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria com dados do Relatório e Contas dos bancos em análise, no caso do ECOBANK a fonte é o BCV

Tabela 29- Evolução do Capital privado, expresso em percentagem

	2002	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
BCA	-	-	90	90	90	90	90	90	90	90	90
CECV	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
BI	-	-	100	100	100	100	100	100	100	100	100
BCN	-	-	100	100	100	100	100	100	100	100	100
BAICV	-	-	-	-	-	-	-	100	100	100	100
BESCV	-	-	-	-	-	-	-	100	100	100	100
ECOBANK	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	-
NB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria com dados do Relatório e Contas dos bancos em análise, no caso do ECOBANK a fonte é o BCV

Tabela 30- Dimensão do sistema bancário

Anos	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Valor	0,934	0,912	0,935	0,963	1,019	1,017	1,024	1,039	1,093

Fonte: Elaboração própria com dados dos relatórios e conta dos bancos e do EIU DataServices

Quadro 3A- Índice de Hershman e Herfindahl (IHH)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
IHH	4564	4548	4542	4420	4293	3997	3943	3381	3257	3245	3004	2947	2846	2833
R1 ⁽³⁾	0,59	0,57	0,57	0,55	0,52	0,50	0,52	0,47	0,45	0,45	0,43	0,42	0,41	0,41
R2 ⁽⁴⁾	0,92	0,92	0,92	0,92	0,91	0,88	0,86	0,77	0,75	0,75	0,72	0,72	0,70	0,70

Fonte: Elaboração própria com dados do Relatório de Estabilidade Financeira 2009, Boletim de Estabilidade Financeira 2012 e 2013 do BCV

Obs: O valor do IHH do ano 2013 refere-se ao mês de junho do mesmo ano.

⁽³⁾ Índice concentração em relação à maior instituição bancária de Cabo Verde

⁽⁴⁾ Índice concentração em relação às duas maiores instituições bancárias de Cabo Verde

➤ **Informações da Economia de Cabo Verde**

Tabela 31- Taxa de crescimento real do PIB (%)

Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
(%)	6.595	6.1	5.3	4.7	4.4	5.8	10.1	8.6	6.2	3.7	5.4	5.2	4.8	5.3

Fonte: EIU DataServices

Tabela 32- PIB nominal, expresso em milhares de contos

Anos	Valor
2000	63.635
2001	69.334
2002	74.362
2003	80.743
2004	84.809
2005	87.170
2006	105.600
2007	116.300
2008	125.000
2009	127.100
2010	138.400
2011	151.000
2012	164.000
2013	177.000

Fonte: EIU DataServices

Tabela 33- Taxa de Inflação (%)

Anos	Percentagem
2000	-2,477
2001	3,35
2002	1,884
2003	1,188
2004	-1,891
2005	0,419
2006	5,369
2007	4,411
2008	6,783
2009	0,983

2010	2,079
2011	4,5
2012	3
2013	2,5

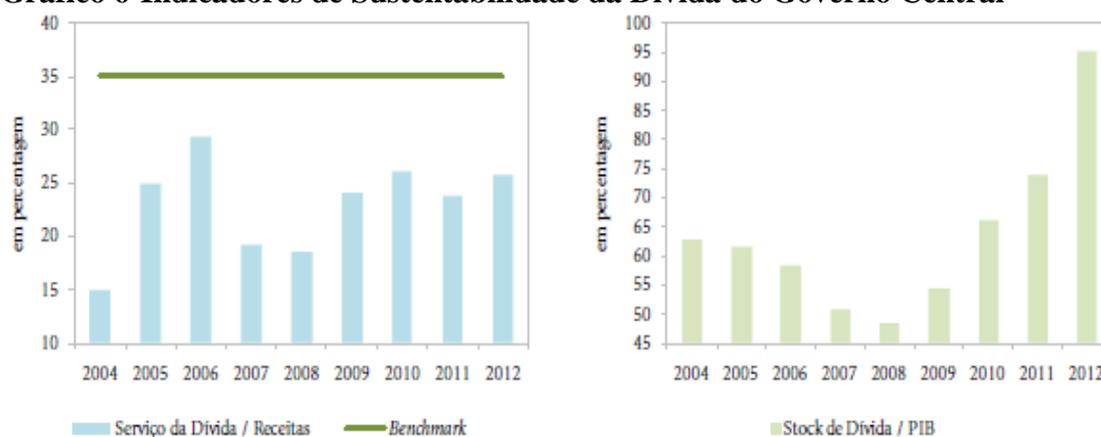
Fonte: EIU DataServices

Quadro 4B- Principais Indicadores Orçamentais

	2010	2011	2012	2010	2011	2012
	em milhões de escudos			em percentagem do PIB		
Receitas Totais	39.725	37.916	35.050	28,7	25,6	25,2
Despesas Totais	54.308	49.242	50.447	39,2	33,2	36,3
Saldo Global incluindo Donativos	-14.583	-11.326	-15.397	-10,5	-7,6	-11,1
Saldo Global excluindo Donativos	-24.069	-15.668	-18.165	-17,4	-10,6	-13,1
Saldo Global incluindo Donativos Ajustado de Flutuações Cíclicas	-14.688	-11.111	-16.522	-10,6	-7,5	-11,9
Saldo Primário incluindo Donativos	-12.410	-9.049	-12.531	-9,0	-6,1	-9,0
Saldo Primário excluindo Donativos	-21.896	-13.391	-15.299	-15,8	-9,0	-11,0
Dívida Pública	91.549,8	109.483,4	131.858,6	66,1	73,9	95,0

Fonte: Relatório anual/ 2012 do BCV

Gráfico 6-Indicadores de Sustentabilidade da Dívida do Governo Central



Fonte: Relatório anual/ 2012 do BCV

Quadro 5C- Importações Cabo-Verdianas de Bens por Grupos e Produtos

	Pesos	Taxa de variação nominal, em percentagem										
	%	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Bens de Consumo	35,4	1,6	1,3	8,2	10,9	17,5	8,4	9,2	-5,0	6,4	8,2	-4,9
Produtos Alimentares Primários	4,6	25,5	0,9	-18,9	17,3	26,9	18,6	16,2	-20,1	14,6	5,4	1,8
Produtos Alimentares Transformados	20,1	-5,8	2,5	19,5	5,4	13,9	11,8	7,8	2,0	2,3	10,6	-5,3
Material de Transporte	2,1	-20,1	2,1	-15,8	10,2	37,8	9,3	9,0	-30,5	-0,7	11,3	-8,1
Outros Bens Consumo Duradouros	3,6	41,6	-5,3	32,3	38,1	16,2	-7,2	9,4	-3,2	30,1	-17,4	2,8
Outros Bens Consumo, Semi-Duradouros	1,7	15,1	-5,2	-4,2	-2,9	22,2	-7,6	27,3	-14,2	-4,0	29,4	-14,8
Outros Bens Consumo, não Duradouros	3,3	10,8	5,2	-0,6	20,1	11,6	4,2	-2,1	5,2	6,0	19,1	-10,8
Bens Intermédios	20,5	16,3	-5,0	19,7	11,8	26,3	16,5	25,6	-22,0	13,6	2,1	-15,6
Produtos Alimentares Primários	0,8	-44,3	-4,7	258,8	-59,9	60,8	16,2	27,1	-48,3	14,0	70,0	-19,3
Produtos Alimentares Transformados	0,5	54,8	-4,2	-3,4	74,0	-11,8	8,8	37,5	35,6	-22,7	-9,0	17,7
Produtos Primários não Especificados	0,3	-19,9	2,7	3,6	22,2	-24,0	215,5	28,2	-8,6	-15,7	-30,1	14,1
Produtos Transformados para Agricultura	0,0	-15,0	35,2	17,0	2,2	43,0	2,0	3,9	30,6	-30,5	24,9	-10,0
Produtos Transformados para Indústria Alimentar	0,4	4,2	-6,7	6,0	-18,0	39,0	8,0	21,6	1,2	15,0	14,2	0,0
Produtos Transformados para Confeção e Calçado	0,2	31,1	-31,8	28,3	8,7	-17,1	26,7	-1,3	-21,7	-9,3	55,1	-13,7
Produtos Transformados para Indústrias Várias	0,7	22,6	-5,3	-7,9	24,4	-7,0	6,0	30,7	2,4	4,7	19,7	-13,8
Produtos Transformados para Construção	9,5	20,7	17,0	27,5	17,0	34,1	19,4	33,9	-30,4	2,9	6,1	-16,6
Cimento	3,1	18,5	4,7	11,6	18,4	23,7	14,5	16,4	-17,8	0,3	-0,8	-12,1
Ferro	3,7	25,5	24,4	21,7	3,4	66,6	24,6	42,5	-43,2	11,6	21,3	-26,5
Produtos Transformados para Carpintaria	1,5	-7,4	29,3	-7,6	14,2	10,8	8,6	9,2	-28,3	5,8	15,8	-17,0
Material Eléctrico	2,2	75,2	-61,4	4,6	19,8	29,4	30,7	11,5	-11,0	129,4	-30,2	-28,8
Produtos Transformados, n.e.	3,7	1,2	7,4	0,5	22,7	24,2	-0,7	20,9	-2,4	-3,2	7,0	-6,6
Peças e Acessórios para Material de Transporte	0,5	3,4	-42,3	74,7	13,7	29,9	24,2	-12,1	-15,2	33,8	32,7	-27,8

Fonte: Relatório anual/2013 do BCV

Quadro 6- Importações Cabo-Verdianas de Bens por Zona Económica e Países de Destino

	Estrutura das importações - pesos em %		em milhões de escudos										
	2002	2012	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
CEDEAO	1,7	1,3	556,7	1.436,7	688,7	758,3	594,5	871,8	948,0	1.219,3	1.148,1	1.308,7	854,5
Alemanha	3,9	1,0	1.261,9	344,3	355,3	279,0	545,6	853,9	975,2	1.280,7	276,1	391,9	679,4
Brasil	3,5	4,0	1.135,3	922,1	1.757,2	3.130,3	3.024,7	3.743,3	3.528,7	2.508,1	2.300,0	2.056,1	2.646,7
Costado Marfim	0,6	0,4	201,1	907,0	327,3	302,9	127,8	260,1	252,0	180,0	143,8	38,0	239,2
Espanha	3,8	7,2	1.234,8	906,0	1.475,9	2.954,4	2.668,3	2.666,5	4.533,3	5.531,3	6.577,5	7.421,8	4.701,3
Estados Unidos da América	3,3	5,3	1.060,7	1.181,0	5.091,6	1.056,7	659,9	697,8	539,1	583,1	980,7	713,1	3.483,6
França	2,1	1,6	683,0	1.069,2	940,3	772,4	1.184,1	5.721,7	1.256,1	1.088,4	2.265,2	1.260,2	1.077,5
Itália	3,1	1,6	1.000,0	740,6	1.143,2	1.548,1	2.267,2	2.275,1	1.695,5	1.737,8	1.074,9	3.345,2	1.041,1
Países Baixos	18,1	15,0	5.840,7	6.961,6	5.281,0	6.119,6	5.315,8	9.771,2	10.576,2	9.412,2	10.373,9	14.391,1	9.859,3
Portugal	55,3	48,2	17.834,1	16.576,6	16.336,5	17.729,3	23.878,1	27.059,3	31.369,7	27.170,6	31.795,5	33.606,2	31.672,5
Reino Unido	0,4	0,7	118,8	298,6	383,0	410,0	649,5	621,4	559,7	270,4	271,9	287,9	490,4
Senegal	1,0	0,7	314,6	428,6	288,1	151,8	192,4	496,4	411,7	690,8	689,6	1.053,2	461,0
Suécia	0,1	0,2	27,3	38,6	46,0	47,5	682,0	616,8	270,8	91,8	170,0	48,6	113,1
Outros Países	4,8	14,1	1.557,2	3.861,2	5.034,5	4.412,8	6.383,6	5.045,7	6.342,5	5.679,6	4.920,0	10.536,7	9.245,7
Total	100,0	100,0	32.269,3	34.235,3	38.459,9	38.914,8	47.578,9	59.829,3	62.310,5	56.224,8	61.839,0	75.149,9	65.710,8

Fonte: Relatório anual/2013 do BCV

Quadro 7- Exportações Cabo-Verdianas de Bens por Grupos e Produtos

	Pesos em %	Taxa de variação nominal, em percentagem										
		2012	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Produtos Tradicionais	84,1	21,1	-12,2	111,3	482,5	40,1	-36,5	151,9	30,5	52,7	58,0	-14,2
Produtos do Mar	84,1	56,2	-18,0	126,2	482,5	40,1	-36,5	151,9	30,5	52,7	58,0	-14,2
Enlatado	43,3	-56,6	67,0	-19,0	-9,1	610,1	-57,8	235,6	1.794,2	65,7	58,2	-18,8
Congelado	38,4	-25,5	-93,3	3.985,9	352,2	-66,8	879,4	157,2	-33,1	40,8	55,3	-10,0
Fresco	0,3	506,6	-56,1	-27,4	42.855,7	75,1	-99,9	579,9	-97,3	144,2	4.215,6	-29,7
Crustáceos	2,0	263,6	1,4	71,6	-48,9	8,6	-17,1	10,6	0,2	6,1	96,5	30,2
Produtos Transformados	13,1	-6,3	0,8	12,0	-27,3	-8,5	16,1	-3,4	-6,3	-5,6	8,3	-29,0
Calçado	8,3	-12,9	-14,3	8,9	-41,1	7,5	42,4	-9,3	-9,4	19,1	3,4	-0,6
Vestuário	4,8	-0,7	11,9	13,7	-19,8	-14,9	2,8	0,7	-4,4	-20,4	12,7	-52,3
Outros Produtos	2,8	177,2	0,4	-66,3	77,8	87,0	-51,2	51,2	-25,0	8,8	30,2	13,1
Total de Exportações	100,0	1,8	0,1	8,0	17,7	15,8	-15,0	55,7	14,6	34,0	46,9	-16,0

Fonte: Relatório anual/2013 do BCV

Quadro 8- Exportações Cabo-Verdianas de Bens por Zonas Económicas e Países de Destino

	Estrutura das exportações - pesos em %		em milhões de escudos										
	2002	2012	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
CEDEAO	3,78	0,14	46,64	16,96	12,44	6,97	76,34	5,72	158,72	2,34	20,01	13,23	6,22
Angola	0,01	0,10	0,11	10,04	0,61	0,00	0,00	0,41	0,00	0,21	1,54	0,08	4,34
Alemanha	1,56	0,00	19,27	13,37	1,92	1,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Guiné Bissau	0,43	0,09	5,31	0,00	7,77	6,47	75,87	1,42	2,49	1,33	20,01	8,22	4,00
Países Baixos	0,18	0,17	2,17	4,85	2,04	9,02	10,48	3,75	11,78	13,51	10,45	8,45	7,54
Portugal	88,45	15,97	1.091,92	875,48	1.044,44	810,15	905,89	901,70	979,27	928,16	839,63	977,18	728,93
França	0,14	0,05	1,68	1,25	1,16	3,09	0,19	0,35	0,32	80,23	21,84	337,41	2,22
Espanha	0,83	76,33	10,22	0,38	4,66	335,04	496,79	322,63	895,66	1.710,10	2.685,34	3.810,46	3.483,74
Estados Unidos da América	4,41	1,28	54,39	278,58	259,10	193,81	25,00	21,52	8,56	25,21	59,59	29,65	58,61
El Salvador	0,00	4,85	0,00	0,00	0,00	0,00	116,92	60,43	0,00	0,00	0,00	190,72	221,57
Marrocos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	161,40	113,00	65,57	0,00	0,00	0,00	0,00
Japão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9,33	114,28	10,76	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Países	4,01	1,16	49,50	52,11	12,74	212,42	17,14	7,51	434,84	1,36	58,80	68,51	52,95
Total	100,00	100,00	1.234,57	1.236,06	1.334,43	1.571,04	1.818,99	1.547,00	2.409,26	2.760,12	3.697,19	5.430,68	4.563,88

Fonte: Relatório anual/2013 do BCV

Quadro 9- Remessas de Emigrantes em Divisas

	2010	2011	2012
	em milhões de escudos		
EUA	1.683,3	1.667,1	1.834,1
P. Baixos	840,0	1.211,3	1.255,5
França	2.354,9	2.748,1	3.093,2
Portugal	3.195,1	4.757,9	4.308,1
Outros	2.260,2	2.984,3	2.750,0
Total	10.333,4	13.368,6	13.241,0
	taxas de crescimento, em percentagem		
EUA	9,5	-1,0	10,0
P. Baixos	-9,2	44,2	3,7
França	5,5	16,7	12,6
Portugal	3,4	48,9	-9,5
Outros	-6,3	32,0	-7,8
Total	1,4	29,4	-1,0

Fonte: Relatório anual/ 2012 do BCV

Quadro 10- Balança Financeira

	2010	2011	2012	2010	2011	2012
	em milhões de escudos			em % do PIB		
Balança Financeira	22.348,1	23.023,0	17.641,2	16,1	15,5	12,7
Investimento Directo	9.644,5	8.087,3	6.008,8	7,0	5,5	4,3
Outros Investimentos	14.463,7	11.451,6	15.675,0	10,4	7,7	11,3
Créditos Comerciais	212,9	5.499,4	605,4	0,2	3,7	0,4
Empréstimos	13.139,5	13.076,7	14.821,7	9,5	8,8	10,7
Moeda e Depósitos	1.006,8	-588,2	7.698,2	0,7	-0,4	5,5
Outros Activos e Passivos	104,6	104,6	289,9	0,1	0,1	0,2

Fonte: Relatório anual/ 2012 do BCV

Quadro 11- Balança Corrente e de Capital

	em milhões de escudos			em % do PIB		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Balança Corrente e de Capital	-15.411,5	-22.957,9	-16.847,8	-11,1	-15,5	-12,1
Balança Corrente	-18.722,3	-23.943,0	-17.954,5	-13,5	-16,2	-12,9
Bens e Serviços	-40.293,3	-46.757,1	-35.722,3	-29,1	-31,6	-25,7
Bens	-56.821,8	-67.206,1	-61.629,5	-41,0	-45,4	-44,4
Exportações	11.282,3	16.758,9	15.776,6	8,1	11,3	11,4
Importações	-68.104,1	-83.964,9	-77.406,1	-49,1	-56,7	-55,8
Serviços	16.528,5	20.449,0	25.907,2	11,9	13,8	18,7
Exportações	41.633,8	45.749,4	51.275,5	30,0	30,9	36,9
Transporte aéreo	13.888,1	11.250,4	10.627,2	10,0	7,6	7,7
Viagens de turismo	22.026,2	27.850,8	33.752,9	15,9	18,8	24,3
Importações	-25.105,2	-25.300,4	-25.368,3	-18,1	-17,1	-18,3
Rendimentos	-6.710,2	-5.654,6	-5.105,4	-4,8	-3,8	-3,7
Transferências Correntes	28.281,2	28.468,8	22.873,2	20,4	19,2	16,5
Transferências oficiais	8.789,6	5.535,2	5.339,0	6,3	3,7	3,8
Remessas de emigrantes	10.325,1	13.423,0	13.627,9	7,5	9,1	9,8
Balança Capital	3.310,8	985,0	1.106,7	2,4	0,7	0,8

Fonte: Relatório anual/ 2012 do BCV